



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

HUGO LEONARDO SOARES DE LACERDA

DESENCANTOS DA INTERPRETAÇÃO ANTI RACISTA

Um estudo de caso da Comunidade de Santo Amaro

Orientador: Tânia Kaufman

RECIFE/ 2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

HUGO LEONARDO SOARES DE LACERDA

DESENCANTOS DA INTERPRETAÇÃO ANTI RACISTA
Um estudo de caso da comunidade de Santo Amaro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Trabalho orientado pela Professora Doutora Tânia kaufmam e confeccionado como requisito para obtenção de título de Mestre em Antropologia

RECIFE/ 2010

Lacerda, Hugo Leonardo Soares de
Desencantos da interpretação anti racista: um estudo
de caso da comunidade de Santo Amaro / Hugo Leonardo
Soares de Lacerda. -- Recife: O Autor, 2010.
70 folhas : il., fig., tab., mapa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2010.

Inclui: bibliografia e anexos

- 1. Antropologia. 2. Movimentos Sociais - Anti racismo.**
3. Movimento Negro – Brasil. 4. Liderança
comunitária. 5. Negros. 6. Violência urbana. I. Título.

39 **CDU (2.** **UFPE**
390 **ed.)** **BCFCH2010/117**
CDD (22. ed.)

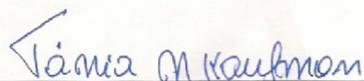
HUGO LEONARDO SOARES DE LACERDA

**“DESENCANTOS DA INTERPRETAÇÃO ANTIRACISTA: UM ESTUDO DE
CASO DA COMUNIDADE DE SANTO AMARO”.**

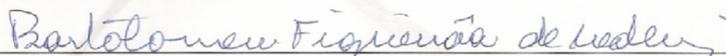
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 31/05/2010.

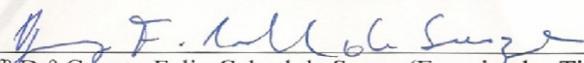
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Tânia Neumann Kaufman (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE



Profº Drº Bartolomeu Figueiroa de Medeiros (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE



Profº Drº George Felix Cabral de Souza (Examinador Titular Externo)
Departamento de História – UFPE

In memoriam

Esse trabalho é em memória de meu querido sogro, Cornélio de Paiva Martins, que em dezembro de 2008 partiu da vida material, privando de sua presença festiva e de seus ensinamentos amigos, filhos e netos. Que Deus o acompanhe Nélio. Documento e ratifico aqui a promessa que jamais Sofia e Nattan sentirão a ausência espiritual de seu querido avô.

Agradecimentos

Agradeço a todos que de forma direta ou não me ajudaram na elaboração deste trabalho. A minha mãe, que participou de forma efetiva no meu ingresso no programa de pós graduação em antropologia; a minhas irmãs e sobrinhos; a minha amada esposa; a minha linda filha Sofia e seu não menos lindo irmão Nattan, meu querido enteado; a minha querida professora Dora da UFRPE; a professora Vânia Fialho, quem sempre acreditou em meu trabalho; a minha orientadora Tânia Kaufman, quem me estendeu a mão no momento mais difícil de minha trajetória no programa, ao Professor Antonio Motta, coordenador do Programa, que sempre teve a paciência necessária para entender minhas dificuldades; a Délio, Mariana e Paloma, os grandes amigos que fiz nessa trajetória; a PROPESQ/UFPE, que proporcionou doze meses de bolsa de pesquisa

O racismo no Brasil em termos materiais se reproduz pelo jogo contraditório entre uma cidadania definida, por um lado, de modo amplo e garantida por direitos formais, e, por outro, uma cidadania cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana

ANTÔNIO SERGIO ALFREDO GUIMARÃES

RESUMO

Nem mesmo conquistas como a classificação racial, tampouco o reconhecimento hoje de determinados movimentos juvenis como representantes dos ideais do Movimento Negro, ofuscam algumas das dificuldades de aceitação da interpretação anti racista no Brasil. De um lado a classificação racial demonstra problemas práticos no que diz respeito a questão da morenidade, de outro a idéia do cercamento etno-racial esbarra na heterogeneidade social do lugar escolhido como centralizador da resistência urbana. Em minha pesquisa, procurei compreender como líderes comunitários de Santo Amaro – Recife - centralizam seus discursos políticos de atuação, bem como percebem os grupos mais fragilizados diante da violência. Busquei perceber, por um lado, se em suas atuações voluntárias como líderes de associações comunitárias havia discurso anti-racista e, de outro lado, se a cor de pele das vítimas de homicídios “saltava-lhes aos olhos”. Entre a mobilização social, pude perceber que a chamada luta anti racista está restrita a poucas formas de atuação, assim como restritos são os discursos onde a cor de pele menos clara das vítimas de homicídios é ressaltada. Por fim, concluo que, em meio aos ganhos políticos que se dignam ao combate ao racismo no Brasil, ao movimento negro se impõe necessidade de refletir sobre o processo de mudança ocorrido desde sua unificação em fins da década de 70 nos aspectos que dizem respeito ao modelo bi polarizado – negro/branco – de classificação racial, assim como a exaltação da “favela” como categoria análoga ao gueto negro.

Palavras chaves: Movimento social negro no Brasil, anti racismo, desenvolvimento humano e o Bairro de Santo Amaro – Recife.

ABSTRACT

Not even achievements such as racial classification nor the recognition of certain youth movements today as representatives of the ideals of the Black Movement, obscure some of the difficulties of acceptance of anti racist interpretation in Brazil. On one side the racial classification demonstrates practical problems regarding the issue of the brunette, the other the idea of ethno-racial clashes in the social heterogeneity of the place chosen as the centralized urban resistance. In my research, I sought to understand how community leaders Santo Amaro - Recife - centralize its political speeches of performance and realize the groups most vulnerable to violence. Sought to realize, first, in their actions as leaders of voluntary community associations had anti-racist discourse and on the other hand, if the skin color of victims of homicide "jumped to their eyes." Between social mobilization, I realized that the so-called anti racist is restricted to a few forms of performance, as well as the speeches are limited where color of skin less clear as the victims of homicide are highlighted. Finally, I conclude that, amid the political gains that deign to combating racism in Brazil, the black movement is required need to reflect on the process of change occurred since its unification in the late 70th to aspects that relate to the bi-polarized - black / white - racial classification, as well as the exaltation of "slum" as a category similar to the black ghetto.

Keywords: black social movement in Brazil, anti-racism, human development and the district of Santo Amaro - Recife.

SUMARIO

Introdução	11
Cap. 1 - Tendências teóricas do tema	15
1.1. O movimento negro	16
1.2. Classificação racial: discurso versus práticas sociais	20
1.3. Um cercamento sem cor	25
Cap. 2 - Ocupação no bairro de Santo Amaro	31
2.1. Uma guerra sem cor	34
2.2. Associações voluntárias	37
2.3. Violência na visão de lideranças	40
Cap. 3 – Desafios do movimento negro	44
3.1. A desigualdade persiste	45
3.2. A rigidez da identidade negra	48
3.3. Aceitação social: silencio e negação	52
Considerações finais	56
ANEXOS	58
REFERENCIAS	63

Introdução

A idéia desta pesquisa surgiu da decisão de aprofundar o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, em 2007, com o título “Raça e Racismo: construção da diferença entre Negros e Brancos”. Na ocasião, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, na Universidade Feral Rural de Pernambuco, tentamos uma aproximação com as categorias referentes ao campo de estudo das relações raciais, a partir do que falavam sociologia e antropologia nacional que se dedicam ao assunto.

Alguns relatórios que debatem o tema foram consultados, e, entre eles, chamou atenção o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005* (RDH, 2005, p. 84/111) sobre *racismo, pobreza e violência*. Em seu capítulo quatro tratando da questão da violência e da segurança publica traz afirmações como:

...Negros são maiores vitimas de homicídio no Brasil;

...que a policia é responsável por um numero considerável desses homicídios;

...a atuação racista da policia tende a prosseguir nas demais etapas da justiça;

...e que a probabilidade de um negro estar encarcerado é quatro vezes a de um branco no Brasil

Ao ingressar no Programa de Pós Graduação em Antropologia/ UFPE, vinculei-me a linhas de pesquisas sobre etnicidade, onde tinha inicio discussão sobre os chamados laudos antropológicos com campos relacionados ao direito. Ainda ligada à questão da disputa de terra e reconhecimento étnico, entendi que poderia ampliar uma problematização do que se convencionou chamar de racismo a brasileira e suas tantas formas – silenciosas ou não - de estabelecer critérios de segregação em espaços urbanos.

E foi na perspectiva de dar continuidade a pesquisa da graduação que idealizei o presente trabalho, pois se relatórios como estes tem indicado maior fragilidade de negros em termos de números de homicídios, pouco se pode falar em termos de interpretação anti racista, tanto em termos de representatividade de associações voluntárias com posturas políticas condizentes com o tema quanto diante da forma com que pobres urbanos representam o risco de morte.

Nessa pesquisa será a representação do “lugar” a lente privilegiada para a compreensão dessa exclusão nesses tempos de “modernidade líquida”. Direcionar o olhar para a rara “aventura do espaço rumo à globalização”, para usar palavras de Bauman(2003,p. 100). Uma “insólita” aventura já que se apresenta contraditória, pois a mesma medida que o espaço “perde importância, ganha significação”. Mesmo recursos globais não se prendendo a um lugar e por isso a sua posse tornar-se um peso, pessoas ainda sim se ligam fortemente a lugares, nações e cidades. Um lugar que precisa ser protegido; que precisa satisfazer o desejo de lugar seguro que a “suspeição e ressentimento” trazidos pelo o “amor frustrado” entre modernidade e sociedade. E , assim como as identidades, a segurança na modernidade é algo que cabe a cada um. E acrescenta Bauman:

Talvez os outros lugares, os lugares das outras pessoas não importem – mas aquele lugar especial, seu próprio lugar, importa Talvez também o conhecimento de que os lugares das outras pessoas são maleáveis e indefensáveis acrescente urgência à necessidade de fortificar e tornar inexpugnável aquele lugar próprio especial. (2003, 102)

É a partir dos resultados de demandas de determinado movimento social, que fala em nome dos que habitam esses lugares “maleáveis e indefensáveis”, que estruturo as principais reflexões no presente trabalho. Sua forma específica de narrar as distâncias sociais, que aqui genericamente chamarei de anti racismo abordadas a partir de sua tendência em afirmar que analisar condições de vida da população segregada em núcleos urbanos carentes de infraestrutura básica a partir de um quadro racial, deixa em aberto alguns questionamentos relativos ao que se convencionou chamar no meio acadêmico e da grande mídia “violência urbana”. Nesse caso, o problema a ser equacionado seria a resposta a questão: é possível uma interpretação a luz do anti racismo da comunidade de Santo Amaro, em Recife?

É possível afirmar que a postura política do Movimento Negro é ofuscada por algumas das dificuldades de aceitação da interpretação anti racista no Brasil. Nesse sentido, centralizo a discussão em dois aspectos dessa forma de narrar distâncias. De um lado a classificação racial demonstra problemas práticos no que diz respeito a questão da morenidade. De outro, a idéia do cercamento etno-racial esbarra na heterogeneidade social do lugar escolhido como centralizador da resistência urbana.

Em minha pesquisa, procurei compreender como líderes comunitários de Santo

Amaro centralizam seus discursos políticos de atuação, bem como percebem os grupos mais fragilizados diante da violência. Percebi que suas atuações eram voluntárias, mas como líderes de associações comunitárias não havia grande representatividade de um discurso anti-racista e, de outro lado, que cor de pele das vítimas de homicídios não constava no conjunto de determinações da fragilidade em seus depoimentos.

Essa abordagem também se deve a uma necessidade mais teórica de se pensar a construção social da “favela” no imaginário do brasileiro urbano. Que está baseada em enfatizar que o aspecto cor de pele das distâncias impostas a esses moradores seria de certa forma alimentar ódios desnecessários, uma vez que, o que caracteriza essa população é o sentido migratório, a carência de acesso aos bens de uma cidadania plena e a heterogeneidade étnica. Além do fato de que, ser favelado dependerá do potencial de aderência de seu significado. Quero dizer, uma favela não poderá ser o lugar “da violência e do tráfico de drogas, o lugar da falta (ausência) e do caos; um problema social”, como bem lembra Rocha, ao mencionar os estudos em antropologia a respeito dos significados dessa categoria (2004, p. 55)

Dentre todas as guerras entre bairros vizinhos narradas pela imprensa local, uma que sempre me chamou atenção foi a de Santo Amaro. Primeiro, por que dos locais citados, Santo Amaro é o único que conhecia. Segundo, este o aspecto mais determinante na escolha, que entre os locais, era tido como dos mais violento, tendo inclusive sua vida narrada em forma de guerra em muitos períodos que compreendem os últimos cinco anos da primeira década desse século XXI.

O lugar denominado Santo Amaro onde realizei pesquisa tem uma história de ocupação com origens nas primeiras décadas do século XX a partir de aterramento de manguezais na parte norte de Recife – nas proximidades do centro comercial e financeiro da cidade - que faz divisa com Olinda. Sua população é de aproximadamente 16 mil habitantes, sendo quase 70% ganhado no máximo dois salários mínimos e distribuídos em cerca de 4 mil domicílios.

Lá, participei de reuniões entre funcionários e pesquisadores da Universidade de Pernambuco e estive com lideranças comunitárias da ZEIS Santo Amaro, de onde coletei

relatos espontâneos de lideranças comunitárias. Apoio a pesquisa também a utilização de dados oficiais, relatórios de ongs e com diários locais. Sendo favorecido pelo fato de que a experiência em Santo Amaro está localizada num contexto histórico em que pela primeira vez em Recife a população de locais de carência material do bairro participam das decisões sobre o patrulhamento ostensivo da policia militar.

Nesse sentido o trabalho esta dividido da seguinte forma: Capitulo 1, onde apresento um quadro teórico referencial que dê conta de como a classificação racial e a analogia do gueto brasileiro prejudicam a interpretação anti racista de comunidades pobres; no Capitulo 2, trato de descrever o perfil sócio econômico de Santo Amaro, bem como as formas de associativismo e suas resposta sobre a violência; Capitulo 3, trato dos desafios do movimento negro no que tange a rigidez das categorias identitárias, bem como ao estado de aceitação social de sua postura política. Por fim, passo as considerações finais, onde concludo, da viabilidade de manter-se o debate sobre anti racismo no Brasil.

1. Tendências teóricas do tema

O anti racismo pode ser concebido também como corrente do pensamento social brasileiro que defende ponto de vista bem específico acerca da construção e manutenção das distancias sociais no país. Tendo como objetivo fundamentar teoricamente esse trabalho, o presente capítulo tenta dar conta e colocar em questão alguns pressupostos da interpretação anti racista praticada no Brasil pelo grupo de atuação política que se convencionou chamar movimento negro.

Essa interpretação anti racista será abordada nesse capítulo de um lado, a partir da exposição do contexto histórico de sua consolidação e depois pela análise de dois aspectos críticos de sua forma de criar demandas políticas para as populações mais pobres das grandes cidades brasileiras. Isso porque mesmo sabendo que a discussão racial no país já aconteça em início do século XX, é nas discussões que se iniciam em sua metade e se consolidam no período de redemocratização em fins da década de setenta que se encontram as principais contribuições trazidas aqui para entendimento das dificuldades de aceitação de dois dos aspectos da atual interpretação anti racista no Brasil.

Ao final dessas três últimas décadas que sucederam o momento da reabertura política no Brasil, está evidente que tanto a conquista de uma classificação racial, que visa em última análise a reparação do dano histórico a população afro descendente, quanto a apropriação da categoria favela para descrever o lugar da resistência negra, fornecem aqui uma maior visibilidade aos problemas da interpretação anti racista. De um lado, pode-se afirmar que a classificação racial não alcançou a popularidade esperada pelo movimento negro, assim como parece estar consolidada a idéia de que arranjos habitacionais urbanos – por alguns chamados de favelas – são muito mais produtos de intensa imigração interna no país que aglomerados, onde a exclusividade afro descendente prevalece.

Por outro lado, são os relatórios de desenvolvimento humano que constam categorias como raça ou cor de pele que vem ratificando e reabilitando discussões sobre formas violentas de se impor distâncias sociais a pessoas de cor de pele menos branca no país que corroboram para a continuação do debate que iniciamos aqui.

1.1 O MOVIMENTO NEGRO

A aproximação com a idéia generalizada de racismo no Brasil me levou a pensar como o movimento negro havia assimilado-o no início da década de 80 para formular estratégias de resistência urbana. Sua ação estava nitidamente enquadrada no contexto dos novos movimentos sociais urbanos e seus objetivos declaradamente identificados com os de movimentos negros de fins da década 60 nos EUA na chamada “luta pelos direitos civis”.

Esse trabalho está fundamentado na proposição de que esse panorama ajudou a criar um contexto interpretativo de desfavorável aceitação no Brasil, mas não o impediu. Se por um lado, algumas das noções que aqui envolviam sua análoga experiência tiveram rebatimento restrito a esses movimentos, por outro sua experiência diária ainda pode ser buscada e evidenciada. A tarefa é mostrar como.

Antes de iniciar a discussão teórica e metodológica do tema escolhido, abrimos um panorama do estado da arte de algumas questões envolvidas no trabalho. Com isto, visamos atualizar as tendências que norteiam a construção do arcabouço conceitual da pesquisa.

Ao fim da segunda grande guerra, a UNESCO, em do razão do holocausto, patrocina estudos sobre relações raciais no Brasil, procurando investigar a idéia que já dominava na Europa e EUA desde a segunda metade do século XIX acerca da suposta harmônica interação entre brancos e negros que aqui existia.¹

Os idealizadores do projeto no Brasil foram o antropólogo Artur Ramos e o sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto. Grande quantidade de estudos foram desenvolvidos sobre relações entre brancos e negros no Brasil. Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1959), Oracy

¹ Esse um esforço científico que visava minar a influencia nos países colonizados, que utilizaram do expediente escravismo do povo negro africano, ou seja, aqueles que ainda substituíam a separação senhor/escravo por políticas que se organizavam a partir dos princípios hierarquizantes de teorias raciais do século XIX – raças puras/ superiores e miscigenadas/ inferiores. Nesse sentido, era a ausência de leis que se utilizavam desses pressupostos que geravam duvidas sobre a existência de praticas de segregação no Brasil. Uma conclusão geral desses estudos é a de que em todas as estruturas sociais – família, religião, economia etc... - pode-se perceber formas de impor ao individuo de cor de pele mais escura os papeis mais desumanizados na sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 2003)

Nogueira(1985 e 1998), Thales de Azevedo (1951) e Charles Wagley (1952) Hasenbalg (1979) são alguns nomes de responsáveis por tais estudos.

Esses estudos são considerados como fundação tanto para as correntes de ciências sociais que hoje no Brasil trabalham com a perspectiva de relações raciais quanto para o movimento negro que, questionando os efeitos biológicos da mestiçagem na constituição de identidade nacional brasileira e o conteúdo ideológico da inexistência do racismo no país, apoderou-se de suas conclusões no interior do processo que culminou no apoderamento da sociedade civil nas decisões do estado.

Como o exemplo de Azevedo (1975), autor de *Democracia Racial*, analisa o fato de não haver na metade do século XX uma linha institucional que dividisse no Brasil brancos e negros e sua relação com a possível não existência de expressões explícitas de segregação racial. Afirma que “o caráter ideológico da chamada democracia racial brasileira tem sido registrado pela maioria dos que fizeram pesquisa sociológica sobre o problema de relações raciais no país.”(AZEVEDO, 1975, p. 35). Faz referência, com essa afirmação, a Lei Afonso Arinos de 1951, “primeira tentativa de evitar a discriminação em empregos, entrada em recintos públicos, matriculas em instituições. (AZEVEDO, 1975, p. 38) Na opinião do autor a lei vem em consequência de fatores externos e que não se refletiram em mudança nas práticas racistas de que eram vítimas os negros.² Hasenbalg (1979), outro trabalho que também analisa uma serie de notícias nas décadas de 50, 60 e 70, de onde conteúdo, deixando evidente que nem a ausência da linha institucional muito menos a criminalização do racismo transformara a vida das pessoas de cor de pele negra impedia que os papeis sociais fossem determinados pela cor de pele.

Foi no processo de redemocratização no Brasil que o Movimento Negro Unificado apoderou-se de discussões desse pós guerra em torno das desigualdades de oportunidades entre brancos e pretos. Influenciados pelos resultados da luta pelos direitos civis dos negros nos EUA e pelo processo de descolonização no continente africano em fins da década de 60, acadêmicos negros brasileiros passaram a denunciar a existência de um racismo também

2 Afinal, essa lei foi realmente votada como resultado imediato da recusa de conhecida artista negra norte-americana nos hotéis do Rio de Janeiro sob a alegação do receio de molestar outros clientes daquela nacionalidade. (AZEVEDO, 1975. p. 40)

institucionalizado no Brasil³ e a incentivar a criação de movimentos sociais e culturais de valorização da identidade negra no país.⁴

Criado em junho de 1978, o Movimento Negro Unificado⁵ tinha como principais frentes: a luta contra a discriminação racial, a opressão policial e a ampliação do movimento. Enquadrava-se nos chamados “novos movimentos sociais urbanos” (TOURAINÉ, 2007), que inseridos na fase de redemocratização, num conjunto heterogêneo de luta pela “autonomia” da sociedade civil contra o regime militar, destacava-se por reivindicações centradas em “bens, serviços públicos, terra, moradia”, direitos sociais e culturais modernos centrado neste caso em particular na categoria raça.⁶ (GOHN, 2004 p.21/ 22).

O movimento negro afirmava que mesmo o Brasil não conhecendo uma linha institucional que dividiu negros e brancos no período posterior a abolição, como ocorrido na América do Norte, não representava uma mudança de comportamento das elites brasileiras em relação ao negro, que continuava a sofrer os efeitos de sua trágica trajetória na história do Brasil, sugerindo haver no Brasil formas de cercamento/isolamento urbano que obedeciam critérios etno raciais.

O movimento negro retomou o conceito de raça, mas eram as formas explícitas de racismo a preocupação. Vale aqui ressaltar, em narrativa de Clóvis Moura (1983), os fatos

3 Essa noção recuperada era a mesma de preconceito utilizada por Guimarães (2003) que diz respeito a um contexto político econômico democrático de acesso aos bens necessários a vida, onde um determinado grupo social, sentindo-se ameaçado por outro, lança mão de estratégias para dificultar-lhes acesso a meios de vida. A forma mais evidente dessas estratégias remontaria os tempos pós abolição, quando afro descendentes confinados geograficamente nas cidades em formas de habitação que hoje se generalizou chamar de favelas.

4 Vale lembrar que o MNU surge como retomada da “bandeira de luta dos movimentos anteriores representado pela Frente Negra” (MUNANGA, 2004, p. 137), movimento da década de 30 do século XX.

5 Para consulta da carta convocatória, da carta aberta a população, bem como carta de princípios e programa de ação do MNU em 1978 SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. Encontros e desencontros de um movimento negro. Brasília: Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 96/ 122. e MOURA, C. Brasil: as raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983 O Movimento Negro Unificado - MNU, surgido em 1978, em São Paulo, e depois em vários outros estados como Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Hoje presente em quase todo Brasil, é referência de grande significado para a luta político-ideológica de encaminhamentos de agregação, catalização e mobilização da população afro-descendente

6 A força provocadora dessas manifestações pode ser encontrada no chamado Pan Africanismo, onde aspectos simbólicos os une a outras comunidades da diáspora africana, distanciando-se da crença na existência de um resíduo cultural comum oprimido pelas políticas de assimilação do projeto de brasilidade. Até o momento, a busca da identidade nos termos acima descritos esta restrita a um grupo reduzido de afro-descendentes brasileiros, a maior parte desses define-se, em primeiro lugar, como brasileiro e não reconhece sua origem, nem mesmo remotamente, na África. Ao mesmo tempo, as manifestações culturais chamam atenção por empregar a tal fenômeno um forte sentido político. A ênfase discursiva e estética da origem africana por parte dos movimentos sociais e de personalidades negras tem contribuído para fazer crescer a auto-estima dos afro-descendentes e fortalecê-los no combate cotidiano as situações de discriminação e racismo. (COSTA, 2001)

que provocaram o Ato Público de junho de 1978, em São Paulo, que unificou movimentos negros para denunciar atitudes racistas institucionalizadas.

A morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio, devido as torturas executadas por policiais em uma delegacia de Guaianases, na capital; a expulsão, no mês de maio, de quatro atletas negros do time juvenil do Clube Regata Tietê e o assassinato por um policial, no bairro da Lapa, de Nilton Lourenço, negro e operário. (MOURA, 1983, p. 72)

Por outro lado, o fato de sugerir uma exclusividade do cercamento/isolamento etno racial, dois obstáculos iriam se mostrar evidentes no processo de luta que se iniciava ali: a morenidade enquanto idéia pujante em termos nativos no Brasil, o que dificultava seus planos de bi polarizar a sociedade em brancos e negros. E a configuração étnica do lugar nas cidades brasileiras onde o movimento acreditava ser o palco dessa experiência cotidiana, uma vez que generalizava-se àquele momento que ocupações urbanas irregulares eram fruto de correntes migratórias que não de exclusividade de afro descendentes.

Essa postura do movimento negro e dos sociólogos tem recebido críticas de outros cientistas sociais, descontentes com a reintrodução do conceito biológico de raça nas ciências sociais e na política brasileira. Tem sido poucas, até agora, as tentativas teóricas mais consistentes de retirar a fundamentação biológica do conceito de raça, dotando-o de um significado propriamente sociológico, relacionando a certa forma de identidade social. (GUIMARÃES, 1999, p. 71)

Hoje, admite-se que, mesmo sendo uma tentativa de interpretação positiva para determinados grupos, a idéia de uma exclusividade negra no cercamento/ isolamento urbano acabou por juntar-se às críticas que se faz hoje a classificação racial, no que diz respeito a diferenciação étnica do Brasil. O presente trabalho vai tentar afirmar que o obstáculo do preceito do movimento negro pode estar em como a classificação e o lugar do cercamento tiveram seus significados generalizados. A proposta é mostrar como tais preceitos estão passando ainda por processo de mudança recente, onde, indicadores de desenvolvimento social, a aceitação tem sido questionada muito mais em razão da pouca representatividade de movimentos desse gênero do que da própria experiência da pessoa de cor de pele menos branca no Brasil.

1.2. CLASSIFICAÇÃO RACIAL: Discurso x práticas sociais

Como vimos anteriormente, se hoje ainda discuti-se o cercamento etno racial, deve-se ao movimento negro e suas denúncias sobre como o fenômeno camufla a existência de barreiras sociais que são impostas a pessoas de cor de pele não branca. (GUIMARÃES, 1999, p. 71). Tal problemática vai se mostrar mais evidente quando pensamos no conjunto de conquistas políticas do movimento negro com relação as estratégias de reparação histórica postas em práticas nos últimos anos.⁷ As ações afirmativas que segundo João B. Batista Gomes⁸ definem-se “como políticas públicas (e privadas) , voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial” (2002, p. 128) representaram a mudança de postura do estado que agora não só reconhece o princípio da igualdade em letra constitucional, mas tenta promover a igualdade de acesso aos recursos.

Um problema tanto as políticas, quanto as demandas do movimento negro e a sociólogos que se preocupam com o tema da reparação histórica é como quantificar o dano. Ou seja, recorrer a métodos de classificação racial para provocar uma análise da mobilidade sócio econômico. O objetivo nesse momento é tentar mostrar que a partir dos debates atuais acerca da classificação racial no Brasil é possível problematizar também outras temáticas dadas, por alguns, como saturadas.

Primeiro é importante lembrar que tais discussões e demandas políticas se caracterizavam numa ênfase a uma crítica aos critérios de classificação racial e seus problemas de aplicação. Estudar a composição racial no Brasil é ter contato com um sistema complexo de cores de pele e determinados traços físicos que carregam consigo imagens muitas vezes ambíguas. Telles (2003, p. 105) divide em três grandes formas de classificação racial utilizadas hoje no Brasil:

. Censos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - , com as

7 Fato marcadamente favorecido pela Constituição de 1988, onde algumas de suas letras confortam a idéia de reparação histórica e reconhecimento de uma nação multicultural. Para melhor entendimento CARNEIRO, S. Estratégias legais para promover a justiça social. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. GUIMARÃES, A. S. A. ; HUNTLEY, L. (Org). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

8 GOMES, J. B. B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG, 2002.

categorias branca, preta e parda. Apesar do IBGE treinar seus entrevistadores para classificar a partir da declaração dos entrevistados, alguns problemas devem ser considerados. O primeiro, que o entrevistador pode sentir-se a vontade para classificar porque supõe a resposta. Depois porque pode haver constrangimento para perguntar sobre raça. Uma indicação do instituto é que se tente mesclar critérios de classificação de terceiros – pesquisadores - com a auto classificação.

. O discurso popular que utiliza categorias múltiplas, incluindo o moreno, categoria de natureza ambígua, que representa o mulato ou mestiço e foi construída socialmente para transportar o negro a categoria branca. Também foi usada para representar a mestiçagem como símbolo de nacionalidade e, segundo movimentos negros, ocultar o racismo.

. O sistema do movimento negro que divide em brancos e negros. Esse discurso tenta opor-se a idéia de que a morenidade tem o poder de transportar o negro a categoria branca, mas esbarra no discurso popular que geralmente procura fugir da bipolarização.

Até certo ponto, tem sido em torno dessas três grandes formas de classificar que as ambigüidades contidas tanto em categorias oficiais como em categorias não oficiais são levantadas. Telles (2003) , através de análises de dados recolhidos de pesquisa do Data Folha em 1995 sugere que a auto identificação pode resultar da rejeição ou aceitação de símbolos, tradições e estilos de vidas associados a determinadas categorias. Então, o branco possui uma proximidade maior de auto classificação com a classificação de terceiro, enquanto que pardos e negros encontram vazios maiores no comparativo auto classificação e classificação de terceiros. Isso acontece segundo Telles (2003, p. 114) porque no Brasil evitar as categorias não brancas significa evitar estigmas como de puta, preto, pobre , preguiçoso e violento.⁹ Moreno, então, é uma categoria não oficial, mas usada amplamente no discurso popular e que tem a função de escapar desses estigmas.

9 Para maior aprofundamento na função e formas praticas de escapar de estigmas embutidos na de cor de pele escura, indico algumas etnografias: GIACOMINI, S M. Mulatas profissionais: raça , gênero e ocupação. Florianópolis: Estudos feministas., 2006. GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autentica., 2006. CUNHA, O. M. G. da. Bonde do mal: notas sobre território, cor , violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In MAGGIE , Y. ; REZENDE, C. (Org). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

Kabengele Munanga (2004, p.131) diz que classificação racial no Brasil é “cromática” e “dependendo do grau de miscigenação, o mestiço pode atravessar a linha ou fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria na categoria branca”. Entretanto, o estudioso, conclui que essa “passagem” dá-se no plano ideológico, uma vez que nas relações individuais que tendem a competição entre branco e mestiços, o segundo é reduzido a expressão popular “neguinho metido”.

A tentativa de consagrar essas formas de classificação do IBGE, com a inclusão da categoria “parda” também gerou problemas práticos. (TELLES, 2003, p. 110/111) Munanga (2004, p. 131) a propósito disso enfatiza que enquanto ativistas e cientistas sociais preferem usar a polarização branco/ negro ou branco/preto, a representação popular elege o sistema que classifica em claro/ escuro.

Crapanzano¹⁰, acredita, que por mais “crítica que seja nossa visão das categorias de racismo, por mais que nos distanciemos delas, inevitavelmente as reforçamos - ao menos o sistema que elas suscitam - quando as discutimos e analisamos” (2002, p. 446). Para ele, um sistema de classificação racial abriga duas dimensões “importantes”: a primeira, a semântico-referencial, que seriam as diferenças alcançadas pelas unidades semânticas utilizadas para a classificação racial; a segunda, a “maneira como essas categorias suscitam, proclamam e até criam relevância, incluindo até o sistema classificatório”. (2002, p. 444).

Fora das discussões acadêmicas e demandas sociais por políticas públicas de reparação, os critérios “raciais” de classificação também trazem consigo os problemas práticos. Estudar a composição racial no Brasil é ter contato com um sistema complexo de cores que carrega consigo imagens muitas vezes ambíguas. Telles (2003, p. 105) divide em três grandes formas de classificação racial utilizadas no Brasil:

Nesse sentido, alguns estudiosos vêm alertando para as ambigüidades contidas tanto em categorias oficiais como em categorias não oficiais. Telles (2003), através de análises de dados recolhidos de pesquisa do Data Folha em 1995 sugere que a auto identificação pode resultar da rejeição ou aceitação de símbolos, tradições e estilos de vidas associados a determinadas categorias. Então, o branco possui uma proximidade maior de auto

10 CRAPANZANO, V. Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais. In : MAGGIE, Y. ; REZENDE, C. (Org). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

classificação com a classificação de terceiro, enquanto que pardos e negros encontram vazios maiores no comparativo auto classificação e classificação de terceiros.¹¹ Isso acontece segundo Telles (2003, p. 114) porque no Brasil evitar as categorias não brancas significa evitar estigmas como de preto, pobre , preguiçoso e violento.

Dentro dessa perspectiva o conceito de raça utilizado pelo MNU retomado no fim da década de 1970 é definido a partir da influência do sistema de classificação em cor de pele e características físicas de modo a bi polarizar em negro e branco as categorias. Esse sistema pode ser entendido como político, já que é utilizado pelo movimento e por políticas públicas, mas raramente encontra-se no discurso popular (TELLES, 2003, p. 110). Ao resgatar o uso do termo “negro”, o movimento alegava que o termo moreno dificultava seus planos em desestigmatizar a cor de pele escura. No caso do Brasil, então, o meio termo – mulato, moreno etc. – serviria para afirmar que a *gota de sangue* pode branquear. Esse fato, de forma implícita é verdade, pode verificar também nas interpretações dos teóricos do racismo brasileiro do século XIX. O miscigenado foi vislumbrado como saída para esses teóricos para a degeneração do brasileiro.

Tais apelos foram abarcados nas novas políticas de classificação e a tentativa em 1996 (TELLES, 2003, p. 110/111) de institucionalizar a categoria nos censos do IBGE causou polêmica entre acadêmicos que defendiam que a população “parda” jamais identificar-se-ia como “negro”. Munanga (2004, p. 131) a propósito disso enfatiza que enquanto ativistas e cientistas sociais preferem usar a polarização branco/ negro ou branco/preto, a representação popular elege o sistema que classifica em claro/ escuro.

Segundo estudos de Telles (2003) e Munanga (2004) , o termo não oficial moreno abarca uma grande quantidade de pessoas no *continuum* de cores¹² , mas que para a elite mestiços são tomados para efeitos classificatórios como pessoas negras. Esses estudos contribuem para a compreensão da problemática da democracia racial, uma vez que o mestiço é tido como síntese das três etnias e compreende o fundamento da nacionalidade “ daí o mito da democracia racial : fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço” (MUNANGA, 2004, p. 131)

11 Para acesso aos dados do Data Folha ver TELLES, E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003. p. 103/133

12 Moura (1988, *apud.* MUNANGA, 2004 p. 132/133) cita 136 cores e expressões que fazem referencia ao fenótipo e que encontram-se entre as categorias negra e branca.

Venho afirmando que procurei conceber que a utilização da classificação racial tem natureza social e não biológica. Sua função tem sentido apenas num corpo teórico e/ou político ideológico; para reconhecer aquele que se identifica com uma história de sofrimentos de todas as ordens, quantificar danos históricos e sua mobilidade social em uma estrutura desigual. Ele é baseado na cor de pele, mas sua natureza é social.

Então, em resposta ao fato de ser uma classificação pouco aceita em termos nativos, fala-se em tendência de a morenidade ter servido para fugir de estigmas da cor de pele mais escura. Munanga vai falar que isso ocorre, pois

...em situação de resistência cultural por parte dos segmentos dominados e inferiorizados, a elite dominante defensora da unidade étnica do país, coerente com sua falta de melhores alternativas, recupera inteligentemente os conteúdos dessa resistência nos componentes simbólicos da identidade nacional, tornando-os peças importantes do sincretismo recuperador da unidade não realizada pelo processo de branqueamento.
(MUNANGA, 2004, p. 128)

Admite-se que o racismo no Brasil não se constitui apenas como fenômeno explícito de intolerância individual as diferenças culturais e de fenótipo, mas também na incapacidade de perceber como a mestiçagem tem servido para simular toda diferenciação étnica existente no país em seu projeto de nação. Kabengele Munanga (2004) faz referência à natureza “assimilacionista” da elite brasileira que buscou símbolos de resistência negra para construir a idéia de brasileiro mestiço, mas que por outro lado, não ofusca o fato de uma minoria branca ter maiores chances de acesso aos bens necessários a vida. No momento seguinte tento evidenciar o que dizem alguns relatórios de desenvolvimento humano a respeito das distancias sociais no Brasil e aproximo a essa perspectiva o que se tem de consolidado em termos de discussões sobre o histórico das aglomerações habitacionais de pobres urbanos no país.

1.3 UM CERCAMENTO SEM COR

Vimos no momento anterior, que falar de racismo no Brasil toca em grande medida na questão da identidade nacional, sobre tudo no que tange a questão da morenidade, uma vez que dela surgem alguns questionamentos do movimento negro sobre como esta tem servido para que o individuo escape de um estigma ligado a cor de pele menos branca. A mestiçagem, que historicamente no Brasil foi de mal a solução para a nação, representa hoje uma espécie de zona fronteira onde circulam as identidades, impossibilitando, segundo o movimento negro, a mobilização política. Nesse momento abordaremos como o sistema de classificação racial tem servido ao movimento negro para ratificar a desvantagem de das pessoas de cor de pele menos branca em termos de desenvolvimento humano e que, mesmo diante da flagrante desigualdade, estudos urbanos tem contribuído para desmistificar a exclusividade negra em espaços conhecidos como favelas.

Como foi exposto anteriormente, o sistema classificatório é que auxilia o diagnóstico, que por sua vez fica a disposição para aqueles que queiram melhor compreensão das desigualdades entre brancos e negros no que diz respeito ao acesso aos bens necessários para a manutenção da vida.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador sintético, ou seja, produzido a partir de técnicas de pesquisa e que sugere algo resumido. Uma forma de tentar medir o estado de pobreza e/ ou desenvolvimento em que se encontra determinada população. Foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD. A partir dele foi confeccionado o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005. O IDH parte do principio que pobreza humana não pode apenas focar o que as pessoas possuem ou deixam de possuir, mas o que elas podem ou não fazer. A pobreza humana é a “ falta de acesso ou acesso deficiente a bens , infra-estrutura e serviços públicos – água potável , saneamento , saúde, educação , energia , comunicações, segurança – necessários para o sustento de capacidades humanas.” (RDH, 2005, p. 57) O IDH , portanto realiza uma abordagem em três dimensões de desenvolvimento: a renda, a educação e longevidade de uma determinada

população. O critério adotado de classificação racial constitui-se a partir de dados que constavam raça/cor como autodeclarados.

A conclusão do relatório é preocupante: caso formasse um país à parte, os brancos brasileiros estariam no 44º lugar no ranking de desenvolvimento, enquanto negros ficariam na 105ª posição. Entre os supostos motivos que o RDH de 2005 reuniu estão as condições de acesso desigual a renda, mercado de trabalho, salário, educação, saúde, a habitação e aos bens de uso coletivo – água, luz etc. – fazem com que as diferenças raciais na evolução do IDH permaneçam.¹³ Outra conclusão polêmica é sustentada pelo RDH de 2005: negros são ainda maiores vítimas de violência.

Nesse momento do trabalho passo em vista algumas conclusões desse relatório que vem confirmar o que alguns militantes de movimento sociais anti-racistas e intelectuais dedicados ao tema vêm afirmando a algumas décadas: negros e brancos tem perspectivas sociais desiguais.

As conclusões do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 para o acesso a saúde também deixam as diferenças entre brancos e negro transparentes. Negros são mais frágeis do ponto de vista econômico, o que dificulta seu melhor acesso a saúde, e tal “condição os torna mais vulneráveis às doenças e mais expostos ao risco de morte”. (RDH, 2005, p.73).

Mesmo com o relativo aumento da expectativa de vida do brasileiro, o recorte racial mostra que entre brancos a expectativa gira em torno de 71,5 anos e entre negros 66,6. (RDH, 2005, p. 73). É um conjunto de fatores que deixa a população negra com expectativa de vida menor. Crianças negras são mais vítimas de mortalidade infantil: a cada mil nascidos vivos, 22,93 brancos morrem, enquanto 38 são negros que morrem. A saúde também em muito depende do bom acesso a saneamento básico e água potável. Em 2000, 92,9% de casas chefiadas por brancos tinha água potável, 82,5% de casas chefiadas por negros dispunham de água potável. Em 2001, 20,6% dos lares brancos não tinham saneamento básico, enquanto que 41,3% de lares negros não contavam com o serviço. O RDH utilizou do conceito de Aglomerados Subnormais, que são “favelas, palafitas e assemelhados” e entre os

13 O RDH – 2005 - avaliou a evolução do índice de 1980 a 2000 e constatou que o IDH de negro subiu, mas que ainda encontra-se em desvantagem com relação ao do branco.

moradores dos AS em 2000, sugeriu que 97,3% eram pardos/negros – sendo 92,1% pardos e 5,1% de negros - , enquanto 2,8% eram brancos. (RDH, 2005, p. 79)

O fato de negros serem mais atingido pela violência nos últimos vinte anos tem também contribuído para que houvesse a insistência do não aumento da expectativa de vida dessa população (RDH, 2005, p. 73). O relatório concluiu que nem todos são atingidos da mesma forma pela violência: as taxas de homicídio, por exemplo, são mais altas em bairros de renda baixa. Paralelo a isso, percebe-se que “os negros são os principais alvos da violência letal.” (RDH, 2005, p. 86)

A probabilidade de ser assassinado, conclui o relatório, é “quase o dobro para pardos e 2,5 vezes maior para os pretos”. (RDH, 2005; 87). O relatório também concluiu que os negros são as maiores vítimas da violência policial. Entre janeiro de 1998 e setembro de 2002 no Rio de Janeiro, 1880 pessoas foram mortas pela polícia, 1018 eram pretos e pardos. (RDH, 2005, p. 91).

Vê-se que em termos de dados que recorrem ao recorte cor de pele revelam uma estrutura social não democrática de acesso aos bens necessários a manutenção da vida. Essa estrutura, por sua vez é acompanhada de representações negativas das pessoas de cor de pele não branca e de sua contribuição na formação desse país. Valores supostamente inerentes a composição física e cultural do indivíduo continuam a formar barreiras quase intransponíveis, barreiras que por sua vez são ofuscadas pelo mito da harmônica miscigenação como fundamento de nossa composição social.

Por outro lado, como o movimento negro recorre à categoria favela enquanto analogia aos guetos norte americanos¹⁴, sua interpretação tem recebido críticas diante da heterogeneidade étnica dessas ocupações.

14 Essa idéia esta hoje sobretudo presente em interpretações de jovens ligados ao movimento negro que ao utilizar o hip hop como forma política estética de perceber a violência recorre a categorias como favela-gueto, ou quilombo urbano. Para maior aprofundamento indico dois trabalhos que tratam da questão ALVES, Adjair. Cartografias culturais na periferia de Caruaru: Hip hop, construindo campos de luta pela cidadania. Recife, 2005, 124f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco e CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: a longa busca pela cidadania. São Paulo: Annablume, 2006

A forma de contar o processo de construção social do conceito de favela tem sido dividir sua secular história em fases. As três fases aqui expostas sugerem que mesmo em momentos distintos favelas sempre representaram no imaginário das classes dominantes habitat de pessoas perigosas, nunca um reduto exclusivamente negro.

Sua descoberta em meados de 1900 é atribuída à crise de moradia em fins do século XIX e início XX (VALLADARES, 2000, p. 6/7 e 12). Seus parentes mais antigos – cortiços, mocambos, cabeças de porco – foram aos poucos perdendo espaço no interesse, hoje favelas tem até um mito de origem; o mito do morro da favela -ex combatentes de Canudos, que ao fim da guerra na espera de promessas de comandante do exército brasileiro se alojaram numa encosta atrás de um batalhão no Rio de Janeiro. (VALLADARES, 2000, p. 8)

Marcam essa primeira fase, as comissões criadas para confecção de relatórios de habitações populares para fins sanitários. Nesse período, destacam-se as primeiras crônicas de jornalistas cariocas sobre formas de habitações dos pobres da cidade do Rio de Janeiro – capital federal, destacando-se também livro de 1911 do jornalista João do Rio “os livres acampamentos da miséria”. (VALLADARES, 2000, p. 12). No que diz respeito às ações do estado, paulatinamente foi sendo substituída a ação higienista pela ênfase no embelezamento urbano¹⁵ (VALLADARES, 2000, 15), o período é onde marcadamente já se percebe uma preocupação com os moradores. A história de Zé da Barra, dono do morro. (VALLADARES, 2000, p. 11), representa a ideia que se funda com a “descoberta” das favelas a respeito do perigo que as pessoas que habitavam esses locais representavam para as elites.

Com o Código de Obras, 1937, o problema-favela inaugura sua segunda fase, uma vez que parte dele é dedicado à proibição de construção de novas favelas. (VALLADARES, 2000, 18/19) e (CASTRO, 2004, 177). Há um adensamento do interesse e em 1941, quando a realização do Primeiro congresso brasileiro de urbanismo termina com “pedido” de estudo completo das favelas; número de habitações e cada núcleo, caráter da formação e densidade, caráter específico das habitações etc.. São desse período os primeiros estudos sobre favelas do

¹⁵ Mattos Pimenta – rotariano que imprimiu a chamada guerra contra a favela por anos em seus discursos, pedindo a remodelação do Rio de Janeiro e Plano Agache são alguns exemplos de planejamentos urbanísticos da época destinados a acabar com essas moradias. Mais detalhes consultar 1930. (Valladares, 200, p.16) CASTRO, João Paulo Macedo e. Da Favela à comunidade: formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro. *Antropológicas*, ano 8, volume 15(2): 171-198, 2004 e VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*, volume 15, nº. 44, outubro 2000, pp. 5/34. Disponível em www.scielo.br. Acesso 15/09/2009

Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000, 20), primeiros censos, como de 1950 que falava em censo demográfico ; 58 favelas e 169 mil habitantes nelas na cidade do Rio de Janeiro.

“Recuperar favelados”, dando-lhes “orientações”¹⁶, era uma concepção que dominou o período, onde o reduto de malandros e marginais, será transformado em lugar de trabalhadores (VALLADARES, 24) o que o própria criação dos parques proletários de 1942 indica. É nessa época que alguns estudos da Unesco questionam pela primeira vez se favela seria um reduto exclusivamente negro. Trabalhos como de José Alípio Goulart – 1957 Favelas do Rio de Janeiro - nega a idéia ao analisar o censos da época. E o trabalho de Costa Pinto – 1953, O Negro no Rio de Janeiro - , mesmo assumindo postura parecida, enfatiza ocupação e renda, indicando situação desigual de negros nesses ambientes. (VALLADARES, 25) O final da década de 50 já indica as drásticas mudanças nas ações do Estado nas favelas que estão por vir. Institutos como o SERHA , o CFH e a COHAB dão início a uma nova fase para as pessoas que moravam nesses lugares (CASTRO, 2004, 181).

Trago como início da terceira fase, as primeiras construções de casa em massa como as do período entre 1964/1969, quando 170 mil habitações foram construídas (ZALUAR, 2000, 65) e o início das grandes remoções de pessoas das favelas para conjunto habitacionais.¹⁷ Até 1978 , 450 mil casas tinham sido construídas. Esse processo de remoção ajudou a contribuir em transformações nas formas de relações sociais dos moradores das favelas cariocas, dispersando comunidades inteiras em lugares afastados do Rio de Janeiro (ZALUAR, p. 65/ 70) Mesmo concordando com Valladares, quando utiliza o grande censo de 1950 como o marco para a entrada das ciências sociais nas discussões, terei de dar importância maior a esse período, agora já em fase de reabertura política em início da década de 80, para formulações de alguns problemas que pretendo tentar responder.

Primeiro, algumas observações ao que Valladares (2000, p. 25) define como defesa para consolidação de uma tradição em estudos sobre favelas e que postula bases de investigação em algumas idéias “generalizadas” de favelas como resultados de invasão de terreno, solução barata para moradia de pobres urbanos, ou resultados de correntes

16 Como anunciava função a Fundação Leão XIII, criada em 1946 e que além de outras supostamente implantou a idéia de criação de Associações de bairro. (Castro, 2004, 178) (Zaluar, 2000, 180)

17 Muitas dessas remoções não eram apoiadas pelos moradores das favelas e acabavam por resultar suas tentativas em conflito com a população, como o caso de Brás de Pina em 1964 e a tentativa de Carlos Lacerda. (Castro, 2004, 183)

migratórias internas do país. Entretanto, o reduto de criminosos, enquanto idéia fundamental das favelas persiste agora no interior do que se convencionou a chamar de fracasso da segurança pública no Brasil.

O que acontece é que dentro dos estudos que consolidaram o campo temático das favelas também é possível identificar quem se dedicou a estudar sua relação com a violência, confeccionando modelos sociológicos sofisticados para tanto como fez Silva (2004) e sua “sociabilidade violenta”, ou traçando perfis criminosos como Zaluar (2000) e (2007), sendo que este último trabalho traz além do perfil, fotos, uma ilustrando uma favela carioca na capa e um grupo de quatro negros jovens negros “suspeitos” sem sequer se dar ao trabalho de explicar porque associava favelas e negros a um perfil de criminoso.

E o valor desse lugar é o seu potencial em manter as pessoas longe do que é inseguro. Pois há também, como já mencionamos no início do trabalho, aqueles lugares onde as pessoas vivem e representam a insegurança. Se pensarmos nos dados apresentados anteriormente com relação ao abismo dos índices de fragilidade diante das formas violentas de evidenciar exclusão entre as pessoas de cor de pele mais branca e pardos/negros, como quer o movimento negro, temos uma narrativa, mesmo que ideologia, mas consolidada diante da pujança dos indicadores sociais. Por outro, o “lugar” parece estar em meio a uma nuvem da integração nacional, agora robustecida na idéia de que são os fluxos migratórios que corroboram para a heterogeneidade cultural e não em torno de uma única ancestralidade. Mas isso ficará mais claro no próximo capítulo, onde com a ajuda de depoimentos de moradores de um pedaço de lugar materialmente mais carente em Recife e de referenciais teóricos bibliográficos tento ilustrar a questão aqui apresentada.

2.Ocupação do bairro de Santo Amaro

Como vimos no capítulo anterior o discurso político sobre o racismo esta hoje no Brasil restrito a movimentos sociais que se incluem no interior do processo de apoderamento de muitas outras camadas mais oprimidas da sociedade civil nas decisões de estratégias de acesso a cidadania. Vimos também, que duas das possíveis críticas ao seu discurso residem de um lado, no fato deste estar centralizado em como tem sido a morenidade uma forma de “fuga” de uma consciência política negra e, de outro, como o processo urbano de favelização também contribuiu para desconstruir a idéia de exclusividade do cercamento negro. Destacou-se, entretanto, o que um recorte de cor em relatórios de desenvolvimento humano pode dar vazão a alguns preceitos políticos do movimento negro, no que tange em dificultar a vida de quem é menos branco. Nesse sentido, o que Santo Amaro ensinou-me?

Santo Amaro limita-se ao norte, com o bairro de Campo Grande e o município de Olinda, ao sul, com os bairros de Santo Antônio, Boa Vista e Soledade; a leste, com o bairro do Recife e, a oeste, com os bairros de Torreão e Espinheiro. Localiza-se a leste da cidade, na porção mais ao norte do estuário, formado pela bacia do Rio Beberibe. Além da Bacia de Santo Amaro, situada a leste, o bairro é delimitado pelo Canal Derby-Tacaruna, no sentido oeste. Os solos são predominantemente, constituídos por aterros sucessivos nas áreas alagadas e nos antigos manguezais.¹⁸ Caracteriza-se pela presença de edifícios de serviços, de fábricas, de vilas residenciais, de monumentos públicos e de áreas verdes. Sua historia é sempre revisitada quando o objetivo é forjar a identidade do recifense centrada seja na função de entreposto comercial e militar entre a Europa e Olinda em tempos coloniais ou na consolidação da cidade do Recife.¹⁹ O bairro tem uma população de cerca de 30 mil habitantes distribuídos em seus mais de 7 mil domicílios espalhados pelos quase 370 hectares ²⁰

18 PEDROSA, Fábio José de Araújo. Aspectos da evolução da linha de costa e da paisagem litorânea de Olinda entre 1915 e 2004 evidencias do tecnógeno em Pernambuco. Tese de doutorado. UFPE/CTG: Recife, 2007. 194 f.

19 Citada com seus marcos na historiografia oficial da cidade localizados assim: 1654 : Tomada do For e as Salinas ; 1681 : Construção da Igreja de Santo Amaro das Salinas; 1814: Cemitério dos Ingleses; 1851: Cemitério de Santo Amaro; 1892: Hospital de Santo Amaro; 1933: Mercado de Santo Amaro;1937/1945: Construção da Vila das Lavadeiras. CAVALCANTI, Carlos Bezerra. O recife e seus bairros. Câmara Municipal: Recife, 1998. p. 71/74. Ou a Santo Amaro dos fantasmas de Gilberto Freyre em FREYRE, Gilberto. Assombrações do Recife Velho. Rio de Janeiro, Record, 1987.

20 Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – citado no documento que descreve as Regiões Político Administrativas da Prefeitura do Recife. Disponível em www.recife.pe.gov.br em 30 de agosto de 2009.

Dentro do bairro, há duas Zonas Especiais de Interesse Social: João de Barros e Santo Amaro. A Zeis Santo Amaro tem sua ocupação originalmente de forma gradual, a partir da primeira década do século XX, mas seu adensamento se dá na década de 40, em consequência da Política de Erradicação dos Mocambos, implantada a partir de 1939, no governo de Agamenon Magalhães, em face da chegada das famílias que resistiram e não aceitaram morar em áreas de periferia, distante do centro. Essa ZEIS possui quatro localidades: Sítio do Céu, Campo do Onze, Ilha de Santa Terezinha e Rua dos Casados. Esses locais estão limitados na área mais ao norte do Bairro de Santo Amaro, inseridas num quadrante limitado pela Avenida Norte ao sul, Avenida Cruz Cabugá ao leste, Avenida Agamenon Magalhães a oeste e ao norte o Shopping Tacaruna. Lá vivem cerca de 16 mil pessoas em aproximadamente 4 mil domicílios. O que vou chamar aqui de Santo Amaro diz respeito a essa uma área de abrangência da ZEIS de mesmo nome.

Esse “Santo Amaro” que percorri é a ocupação de terreno próximo ao “trecho do maduro”, vizinho bairro de Campo Grande a oeste. (CAVALCANTI, 1998, p. 105), a leste da Avenida Cruz Cabugá e da Vila dos Operários²¹, que só começa a preocupar em termos de pobreza pensadores locais como Josué de Castro em trabalhos como *Fatores de localização em Recife* (1947) e *Homem Caranguejos* (1967)²².

Nos cerca de 4 mil domicílios, entre 1991 e 2000, o número daqueles sem rendimento passou de 6,7% para 18,9%, sendo a renda média do responsável por cada domicílio no ano de 2000 de mais ou menos R\$ 193, 00. Quase metade recebia até 1 salário mínimo em 2000 – cerca de 43%. Entre aqueles que tinham algum rendimento, 23% recebiam até dois salários mínimos, já entre aqueles que tem rendimentos acima de 10 salários mínimos, a representatividade é apenas de 0,4%. A média de estudo entre a população é de cerca de 4, 4 anos, sendo que quase 80% estudou menos de 8 anos e 0,8% ultrapassou os onze anos de estudos.²³ Segundo dados do IBGE de 2000, cerca de 56% desta população se auto identifica afro-descendente. (RIQUE et. al. 2005, p. 47) Como veremos a seguir, a despeito da auto identificação e dos indicadores de fragilidade da cor de pele menos clara diante de eventos

21 Vila construída no período político do Estado Novo, na administração Agamenom Magalhães. MELO FILHO, Lílian R. O centro educativo operário em Recife durante o estado novo (1937/45): educação e religião no controle dos trabalhadores. Dissertação de Mestrado, UFPE: C. E., 2006. 122 folhas.

22 MELO FILHO, Djalma Agripino de. Manguê, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago. 2003. Disponível em www.scielo.br/scielo. acesso em 15 set. 2009, pg. 510

23 Censo realizado entre 1991 e 2000, descrito no Atlas de Desenvolvimento Humano de Recife/ Recife – Mapas das Zonas Especiais de Interesse Social, 2001

homicídios, a interpretação anti racista encontra obstáculos em Santo Amaro, por um lado pela restrita ocorrência de movimentos sociais dessa ordem e por outro lado pela visão das lideranças diante da violência.

2.1. UMA GUERRA SEM COR

É um dado que Santo Amaro vem passando nos últimos anos por um processo de intensificação no interesse dos governos em promover ações sociais de combate à criminalidade nas áreas pobres do bairro.²⁴ Isso se deve a chegada de Recife ao topo do que se convencionou chamar de ranking das capitais mais violentas²⁵ contribui também para que os olhares sejam direcionados aos locais onde têm ocorrido os homicídios, em particular uma tentativa de aproximação com a caracterização da vítima e de seus possíveis agentes causadores.

Informações de relatório confeccionado pelo GAJOP, em 2005 dão conta que Santo Amaro ocupa a terceira posição entre os bairros de maior incidência de homicídios. O relatório ressaltou que, como 56,5% da população de Santo Amaro são de pardos/negros e, que em termos proporcionais metade ou no máximo 60% dos homicídios deveriam ter como vítimas deveriam ter esse perfil. Entretanto, a distribuição real de cor nos homicídios ultrapassa a barreira dos 80% para os de cor de pele menos branca – Tabela 1. (RIQUE et al. , 2005, p. 43)

Por outro lado, o relatório, por adotar o critério de independência entre as categorias – idade, gênero, raça/cor etc – exclui uma possível resposta do porque concorrentemente são maiores vítimas de homicídios jovens – esse grupo dado como dos mais frágeis - e pessoas de cor de pele mais escura, que assim como jovens detêm percentual de mais de 80% das vítimas.

24 A lembrar que no dia 2 de dezembro de 2008, esteve no local o presidente Luis Inácio “LULA” da Silva, fazendo lançamento do Território de Paz, que faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e que através de parcerias com prefeitura do Recife e com o governo do Estado, promoveria ações sociais objetivando diminuir a fragilidade de determinados grupos diante da violência urbana. Também prevê capacitação dos profissionais de segurança pública para junto a líderes comunitários discutir alternativas para a corrupção policial. Santo Amaro seria um espécie de experiência piloto no Recife. Ver mais em <http://www.mj.gov.br/main.asp?acesso> em 05.12.08

25 Ranking que compara taxas de homicídios por cada grupo de 100.000 habitantes nas cidades do Brasil. Entre 1980 e 2002, Recife apresentou oscilações positivas e negativas, mas esteve sempre entre as cinco capitais que apresentavam maiores taxas. No ranking local são considerados para efeitos de cálculo de taxa, o número de pessoas assassinadas no bairro em que residiam, divididos pelo número de habitantes do bairro multiplicados então por 100.000 RIQUE, Célia Dantas Gentile (et al); colaboração NETO, Teixeira Souza (et al). A criminalidade no Recife, GAJOP, Bagaço, 2005, p. 16)

TABELA 1

Bairro	Raça/ Cor da Vitima					Total
	Branca	Preta	Parda	Indígena	N. Id.	
Boa Viagem	3	1	22	0	0	26
Brasília Teimosa	0	0	12	0	0	12
Cohab	7	1	32	0	1	41
Ibura	5	1	47	0	2	55
Pina	1	2	21	0	0	24
Santo Amaro	0	0	31	0	1	32
Total	16	5	165	0	4	190

Fonte: GAJOP, 2005

O referido estudo deu ênfase também a organização de dados levantados em notícias policiais, e buscava analisar como os motivos desses crimes eram tratados nesses diários. O que se evidenciou foi uma questionável imersão da imprensa quanto ao compromisso de elucidar detalhes sobre as motivações e a relação entre as vítimas e os acusados onde uma expressiva falta de informações, destacada pelo elevado número de “não consta informação”. (RIQUE et. al., 2005, p. 58/59).

Essa ausência sugere que as causas analisadas não são abrangidas de forma mais eficiente e, assim, tem-se ainda uma visão superficial da realidade. Também não se pode desconsiderar o desinteresse empresarial dos jornais em conhecer os detalhes do motivo da morte de um desempregado, morador de uma área pobre e morto na própria comunidade.

A cobertura jornalística estaria direcionada ao que a mídia admite e seleciona como algo de impacto jornalístico sobre o público, mas essa realidade, objetivamente, comporta dificuldades em conhecer determinados detalhes de um homicídio. Por outro lado, para que no abismo que comporta a informação dispersa entre a população e a escrita desses jornais o evento homicídio não esteja acompanhado por “não consta”, é necessário um “enredo” de

impacto. E como lembra Bauman (2003, p. 105) dada a intensidade do medo, ainda que não houvesse estranhos, eles tem que ser e são inventados.

De um levantamento que fiz de setembro de 2006 a maio de 2009, utilizando-me de mesmas fontes citadas acima, dos 12 homicídios ocorridos em Santo Amaro, 10 apresentavam causas provenientes de uma “briga de gangues”. Nenhuma notícia constava cor de pele na caracterização da vítima.

Mesmo que muitos estudos e relatórios como os já citados nesse trabalho enfatizem que são os jovens negros suas principais vítimas e por vezes atores, o silêncio “talvez não voluntário” como ressalta Vargas (2005, p. 98), parece prevalecer. Para atender os objetivos desse trabalho Santo Amaro se tornou paradigmático por seu perfil sócio econômico e a fragilidade de sua população diante de homicídios. Por outro lado, mesmo que o pesquisador que siga as orientações oficiais em termos de classificação por cor de pele perceba a exploração da imagem de pardos e negros em notícias policiais, uma interpretação dessa ordem fica comprometida pelo que a seguir trataremos em termos de baixa representatividade da chamada luta anti racista entre as associações, assim como pelo conjunto de determinações construídas por suas lideranças comunitárias em termos de fragilidade diante de homicídios.

2.2 ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS

Em Santo Amaro não só a carência dessa perspectiva de caracterização das vítimas em jornais, como também entre os moradores a cor de pele parece incomodar apenas aqueles indivíduos que se encontram no pólo mais escuro do contínuo de cores entre o branco e o negro.

Um recente levantamento sobre organizações comunitárias em Santo Amaro catalogou quase duas dúzias de associações voluntárias (Rique, 2004, 29/52)²⁶, uma proporção de um líder comunitário para cada grupo de 1000 pessoas que se tornou ponto de partida para uma reflexão que ia além do mito da falta de vitalidade do envolvimento das pessoas em ações voluntárias e sobretudo ao encontro de uma crítica à idéia construída sobre o domínio de quadrilhas de criminosos exercido sobre essa população. Agendando e visitando casas, associações, Ongs e outras formas de mobilização social como igrejas protestantes e times de futebol, cadastramos no período de ago/set. de 2009 treze formas de participação voluntária, todas localizadas dentro do bairro de Santo Amaro onde diz respeito ao perímetro da ZEIS de mesmo nome. Esse um método de abordagem inicial em campo, adotado pela coordenação de pesquisa da ESEF/UPE.²⁷

26 Em seu levantamento de 2004, o GAJOP fala em 14 associações. Tive tal levantamento como referência quando passei a entrar em contato com essas lideranças e afirmo que mais 4 ou 5 associações poderiam ser acrescentadas hoje a esse levantamento. RIQUE, Célia. Catálogo das organizações sociais comunitárias: rede invisível dos protetores dos direitos humanos. Gajop: Recife, Bagaço, 2004.

27 O projeto Práticas e espaços sociais: uma cartografia dos espaços de mobilização do bairro de Santo Amaro, coordenado pela Professora Doutora Vânia Fialho do Laboratório de Estudos Pedagógicos, no Departamento de Ciências Humanas da Escola Superior de Educação Física na Universidade de Pernambuco em seu cronograma estabeleceu o número de oito fases distintas para constituir seu cronograma que vai de maio de 2009 a julho de 2011. Os resultados de minha pesquisa estão ligados aos objetivos de uma fase inicial deste Projeto. Dentre as oito fases estabelecidas previamente nesse projeto, a fase inicial representava primeiro, o momento em que os pesquisadores procederiam levantamentos documentais com informações iniciais como número de associações, ongs, entidades de representação comunitária em geral, além de dados cartográficos existentes de Santo Amaro, a segunda, um contato com associações locais, para numa terceira fase efetivar visitas de cadastramento e convite a essas representações para uma apresentação mais detalhada do Projeto da UPE. Delimitei como espaço físico institucional marco de minha pesquisa a própria Universidade de Pernambuco. Seria a partir dali que se constituiriam a busca para atender meus objetivos. Nessas condições de pesquisa estruturo o que percebi como trabalho de campo em dois períodos: dois meses – maio/junho – que estive com um grupo de pesquisa que no início de trabalho trazia algumas preocupações com os obstáculos iniciais que poderiam surgir na tentativa de cartografar movimentos sociais em Santo Amaro e um segundo momento agosto/setembro, onde minhas visitas a comunidades em busca de cadastrar associações forneceu-me dados sobre as formas de mobilização social daquela população.

A partir da análise de alguns dados cadastrais e de inferências que fazia no momento das entrevistas pude perceber que o público alvo mais freqüente, para quem atuam essas associações, são crianças e adolescentes. Das treze cadastradas, apenas uma tinha como público alvo exclusivo os idosos. Em todas as outras as atenções estavam direcionadas a projetos que se dedicavam a crianças e adolescentes. Em apenas duas oportunidades cadastrei entidades que nos discursos de seus líderes pude perceber algo que sugerisse uma politização em termos da chamada luta anti racista.²⁸ O elemento cor de pele parece, a despeito de seus indicadores de fragilidade diante de brancos, tem pouca ressonância entre os líderes comunitários da ZEIS Santo Amaro. Mesmo atividades culturais onde a catalização passa pela identidade negra como na capoeira ou o hip hop, é na juventude que elas se abrigam e se reproduzem entre os moradores.

Em grande medida a participação voluntária em Santo Amaro obedece mais ou menos ao modelo de participação de outras comunidades pobres de Recife. Modelo que estabelece que de um lado, independente de classe, etnia ou religião, a rede associativa liga-se em primeiro plano a um território e de outro lado, pois verificou-se que a reprodução da vida associativa esta intimamente ligada a capacidade desta em captar recursos externos – ONGS, entidades financiadas por políticos, igrejas e outros. (FONTES, 2003, p. 161/165).

Se nenhuma entrevista apontou uma mínima ligação desse território a uma ancestralidade africana, se deve ao fato de que falas dos entrevistados como os de “viemos da lama”, em alusão as primeiras ocupações do espaço há 40 anos em terreno alagado, ou hoje Santo Amaro é um “bolo” que deve ser repartido entre todos da comunidade denotem um

28 A idéia original dessa pesquisa seria uma investigação junto a uma dessas duas formas de mobilização que conheci que trabalhava com a perspectiva anti racista ao aderir o hip hop como catalisador principal das atividades em Santo Amaro. Mas Durante a pesquisa a referida entidade estava com seus trabalhos paralisados. A investigação foi re direcionada e passei então a fazer um levantamento de quantas formas de associação poderiam ter como pano de fundo a mesma tendência. Cufa é a sigla que representa Central Única das Favelas criada por jovens ligados aos movimentos negros e que em meados de 1999 fundaram a organização, no Rio de Janeiro que tinha como objetivo dar novas perspectivas a essa população considerada mais frágil diante dos riscos da violência urbana. No Recife, tem sua fundação em meados de 2006, ao estabelecer escritório em Santo Amaro com um imenso galpão na Rua do Lima. As oficinas dos elementos da cultura hip hop – black musica, basquete de rua, grafiteagem - junto a oficinas para inclusão dos jovens no mercado de trabalho a preocupação com a mobilidade social. Havia um projeto também de construção de uma radio comunitária para as áreas pobres do bairro. “Os invisíveis”, projeto de intervenção em populações de maior fragilidade idealizado e confeccionado pela Ong CUFA-PE e que foi contemplado pelo Ministério da Justiça para ter parte da verba destinada as ações do PRONASCI, mas que até, mas até o momento da entrevista – cerca de seis meses depois do lançamento do programa no bairro – os recursos ainda não haviam entrado na conta da ONG. Motivo pelo qual a coordenadora preferiu não participar da pesquisa. Entrevista 20.05.2009.

sentido de território em seu aspecto de produção e reprodução econômica. O significado do território para as lideranças comunitárias pode ser analisado a partir de uma idéia dominante entre eles de que o associativismo provém em grande parte da necessidade de resistir e permanecer no que foi invasão e passou de ocupação a reprodução do espaço. No caso de Santo Amaro, território está, a despeito da noção anti racista de resistência urbana, articulado com questões dos direitos sociais e reprodução econômica e, de outro lado, com raízes dos moradores que não remonta a mais do que 4 décadas.

Outra crítica que se pode fazer em termos de uma interpretação anti racista em Santo Amaro, foi que a categoria “favela” perde sentido, a medida que as construções de alvenaria dão lugar a antigas construções que se utilizavam de material improvisado ou se determina qualquer que seja a conotação negativa. Ouvi de lideranças comunitárias observações como “fomos favela, hoje somos fa-vila”, em alusão a semelhança com a vizinha vila de operários que as moradias da ZEIS Santo Amaro assumiram. Esse fenômeno pode ser visto a luz do que Cavalcanti (2009) chamou de “favela consolidada” ao tratar de como demandas sociais centradas em bens e serviços públicos ganham novos rumos a partir das novas representações que camadas pobres urbanas dão a moradia.

Essa breve caracterização das associações voluntárias de Santo Amaro por si só já indica uma tensão entre interpretação anti racista da pobreza e o que as formas de mobilização sugerem. Por outro lado, a seguir a questão vai se mostrar ainda mais crítica quando trato de ilustrar como os moradores do local percebem o perfil da fragilidade diante da criminalidade violenta no que diz respeito as determinações de eventos homicídios.

2.3 VIOLÊNCIA NA VISÃO DAS LIDERANÇAS

Como vimos antes, apesar de indicadores sociais apontarem para a tendência, a fragilidade da cor de pele menos clara diante de eventos homicídio tem pouca ou quase nenhuma ressonância tanto na imprensa quanto em termos de posicionamento político do associativismo em Santo Amaro. Essa tendência parece seguir no discurso dos moradores sobre o que determinaria fragilidade.

As respostas a violência, por sua vez eram sempre a partir de perguntas minhas, de forma evasiva, uma vez que as visitas tinham finalidade de cadastramento de associações. Sempre remetendo ao que jornais falavam a respeito de ser Santo Amaro, um lugar perigoso, evitei perguntar a cada entrevistado o que ele pensava sobre o fato de mais de 80% por cento de homicídios e prisões serem concorrentemente entre jovens pardos/negros, acreditando que a sentença poderia influenciar a resposta, direcionando o discurso ao tema cor. A intenção era tentar perceber se na forma espontânea de representar o indivíduo mais frágil, a cor ocupava espaço.

À pergunta sobre o que determina estar fragilizado diante da possibilidade de morrer por homicídio, tive na maioria das vezes respostas imediatas como: “violência tem em todo lugar” ; “sou pós graduada em violência sem ter ido universidade” ou então, “o que vejo é que todos querem explorar de Santo Amaro o lado ruim”. Para além da negativa; do constrangimento na abordagem do tema ou até mesmo de uma aparente homogeneidade discursiva, tais respostas eram parte inicial de um complexo discurso crítico sobre o que Zaluar (2000, 153) falava em “explicações objetivas” das múltiplas determinações que os pobres urbanos arquitetam sobre “reprodução da violência”.

Entre os líderes comunitários uma idéia que domina é a fragilidade dos jovens diante desses eventos. Entre os fatores determinantes recorrentes estariam a falta de assistência do estado e da família, a sedução econômica exercida pelo trafico de drogas, o preconceito e a comportamento policial na região.

De uma liderança comunitária ouvi que: “casa é fundamental para que as pessoas tenham as condições para construir uma vida digna”. Afirmava esta liderança que a “vida de

barraco”, a ausência de serviço público de habitação foi o que determinou o homicídio de uma adolescente. Isso em certa medida me remete mais uma vez ao que Cavalcanti (2009, p. 78) concluiu acerca da “metamorfose” de um barraco, habitação feita com material frágil e improvisado, em uma casa de alvenaria, a “fortaleza”. Para esse líder comunitário parece ser essa transformação que dá forma a qualidade de vida, abre a promessa de um futuro melhor, incorporada para além do acúmulo de capital, ao cotidiano, à promessa sólida que diminui os riscos de vida.

Entretanto, a casa dá apenas a forma. O risco, para as lideranças, dependerá também de outras variantes. Observação da mesma liderança de que “não é vantagem para um jovem receber X reais e um curso de curta duração quando pode ganhar 4 X vendendo drogas por exemplo” ou de outra liderança, quando diz “tem hora do dia que estar sentado onde estamos já seria um risco”, podem ajudar no debate um pouco além da sedução de uma atividade econômica que é ilícita de um lado, mas também de outro, ao que Zaluar (2000, p. 152) chama de indeterminado, talvez uma proposição ideológica que reduz ao encontro “casual” com o bandido questões muito mais relativas ao preconceito.

Ressalte-se que, quando localiza como a mais mencionada barreira para um jovem o espelho negativo - o preconceito; a imagem que vem de fora de que todos os pobres são bandidos - está na verdade falando de como isso interfere negativamente na obtenção de emprego e na construção da identidade desse jovem, contribuindo para que sem perspectivas torne-se criminoso. Assim como também é verdade que quando fala do indeterminado, o encontro casual, esta falando dessa “sedutora” atividade comercial ilícita, no que tange a liberdade de escolha que cada um tem em ser ou não cooptado por criminosos. Mesmo assim, percebe-se que preconceito e sedução econômica estão juntos no ponto de partida de uma trajetória que fatalmente levará o indivíduo a morrer “com tiros no corpo antes de atingir os 25 anos”. (ZALUAR, 2000, p. 137)

Mesmo não podendo fazer generalizações sobre como as lideranças de Santo Amaro relacionam preconceito e homicídios, é difícil interpretar seus discursos sobre homicídios sem ouvir um depoimento em oposição ao estigma “você pobres são todos perigosos”. (ZALUAR, 2000, p. 154). Nesse sentido, estudos têm sinalizado que o preconceito tem contribuído para mascarar mitos e ficções em torno do chamado crime organizado, tráfico de drogas e da ausência do Estado em áreas urbanas em que prevalece a pobreza material. Onde

o que fica evidenciado que o grande pânico social diante da violência está construído a partir da regulação de um jogo de vida e morte. E como vimos anteriormente, a mídia tem papel destacável na manutenção do medo e em determinados estigmas.

Ouvi depoimentos como o de outra liderança ao afirmar que “tem pessoas da comunidade sendo seguidas pelos corredores do shopping vizinho”, fazendo referência à desconfiança dos lojistas do centro comercial com relação a moradores, ou “a policia que não pode fazer o que quer com a gente só porque acha que tem uma boca de fumo perto de nossa casa”, ao fazer referencia a sua principal pauta em reuniões com integrantes da secretaria de defesa social do Estado Pernambuco

Em certa medida isso pode ser refletido no que Telles e Hirata (2007, p. 173/ 191) analisam o que chamam de “fronteiras porosas” o contexto de inserção no mercado de trabalho dos pobres urbanos. É entre o que se entende por trabalho informal, formal, atividades comerciais ilícitas e licitas que se realiza a inserção em formas reais de relações socioeconômicas. Em certa medida essa análise aponta que tratar o trafico de drogas como única forma de inserção no mercado de trabalho serve apenas para ilustrar a dificuldade em entender o que Paiva Forte (2007, p. 193/208) fala de caráter ideológico da doutrina do direito que, além de ignorar o conteúdo cultural da drogadição, vislumbra uma perspectiva que objetive investigar as ações do Estado, a partir de um olhar no aparato que reprime de forma violenta o crime (o sistema penal) e que mantêm um sistema que encarcera e mata de milhões de negros no Brasil todo ano.

Percebe-se que para as lideranças, superar a “ausência” do estado não passa necessariamente por uma intensa ação policial no local. O que segundo Ignácio Cano (2006, p 136) está também creditado a baixa crença que populações carentes tem no “velho paradigma de segurança publica”, onde especialmente polícias estaduais, responsáveis pela segurança ostensiva tem tido sua herança autoritária em servir as elites criticada. Passando atualmente por uma lenta e modesta transformação em seu modelo até agora mais dirigido contra os pobres. As “chamadas classes perigosas” estão questionando a segurança que usa a metáfora da guerra; o aniquilamento do inimigo. A evidente dificuldade de implantação de uma experiência de policia comunitária pode estar baseada historicamente , no Brasil, numa relação policia – pobres urbanos, onde o primeiro impõem medo ao segundo. (CANO, 2006, p.141)

E, se em Santo Amaro ficou evidente também que essa crítica a segurança pública não passa necessariamente por um discurso anti racista, talvez seja, como veremos a seguir muito mais pela própria rigidez de alguns de seus conteúdos ideológicos na representação da relação identidade-lugar, ainda sugeridos pelo movimento negro, do que da própria suposta dificuldade de aceitação social frente a tantas outras formas de interpretação das desigualdades no país.

3. Desafios do movimento negro

Como venho tentando afirmar durante todo trabalho, entre as restrições da interpretação anti racista e seus fortes argumentos extraídos dos “índices” da desigualdade, sempre assumi o compromisso em direcionar reflexões sobre o segundo. Nesse momento do trabalho em específico trago reflexões que de um lado podem ajudar a compreender de um lado a restrição de posturas políticas condizentes com o que fala o movimento negro, bem como uma tentativa de perceber em que pesa sua aceitação social.

O fato da ausência de uma postura política, ou de uma narrativa sobre violência que passe pelos aspectos do anti racismo abordados, podem ser pensadas a partir da análise de como as identidades coletivas tem se transformado. Está com o indivíduo a responsabilidade pela construção de sua (s) identidade (s) coletivas. O que de certa forma demanda pensar em como essas identidades se acomodam no que diz respeito ao que é ou não interessante para o indivíduo agregar.

Por outro lado, não se pode negar que, ainda quão críticos sejam seus pontos de vista, um movimento social não passa despercebido pela sociedade em seu entorno assim que deflagrada sua existência. O movimento negro entre contar uma história diferente da manutenção das distâncias sociais e tentar arregimentar novos militantes, volta e meia toca em temas transversais como violência urbana enquanto forma de evidenciar e manter o debate sobre o suposto harmônico arranjo entre culturas no Brasil.

Nesse sentido, ainda mais perigoso que navegar nos infortúnios da interpretação anti racista no Brasil, seria negar que não abrir os olhos para suas demandas poderia em grande medida contribuir para a cristalização das distancias narradas pelo movimento negro.

3. A DESIGUALDADE PERSISTE

Vimos nesse trabalho que Santo Amaro não pode ser vista confortavelmente a luz de uma interpretação anti racista. Isso em certa medida se deve ao próprio contexto que um levantamento de ações de combate as desigualdades raciais em 10 capitais do Brasil. Heringer (2001, 14/15)) identificou três principais grandes áreas em que se enquadram tais iniciativas: educação, trabalho e geração de renda e direitos humanos e advocay. Ao tentar responder se as atividades representavam iniciativas especificamente para a população negra percebeu que mais da metade dessas ações não são especificamente voltadas para a população negra (HERINGER, 2001, 18). Por outro lado, estudos em desenvolvimento humano vêm apontando para tendências na estrutura social brasileira, que apesar de falar numa evolução do índice na população negra, sustenta a insistência da desigualdade racial descrita em números.

Ao longo das duas ultimas décadas do século XX , a renda per capita do negro representou em média apenas 40% da renda média dos brancos. Negros representam cerca de 50% da população do país e sua participação entre os 10% mais pobres chega a casa dos 70%. Seus rendimentos representam apenas 26% do total apropriado pelas famílias brasileiras. (RDH, 2005, p. 60).

O desemprego e as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho também são expostas, por sua vez, em 2003 , entre negros chegou a aproximadamente a 15%. Por outro lado, entre brancos o índice chegava a 5%. Em media, brancos ganham cerca de 100% a mais que negros. (RDH, 2005, p. 64)

Na educação, a situação mostra uma boa evolução, razão pela qual o relatório em suas páginas iniciais credita em boa parte a melhoria do índice nos últimos vinte anos para a população negra. A educação foi fundamental na “expressiva melhoria no IDH dos negros entre 1980 e 2000” , mas é preciso que haja “cautela antes de concluir que se conquistou um padrão mais democrático e menos discriminatório de acesso educacional.” (RDH, 2005, p. 68). Na verdade, a expansão do acesso a educação deu-se nas duas categorias raciais em questão, mas as diferenças persistem.

Em 2000 , o índice de analfabetismo na população de 15 anos ou mais era de 8,3% dos brancos enquanto que entre negros era de 18,7%. A população acima de 25 anos estuda em media 6,7 anos entre os brancos e 4,7 entre negros. (RDH, 2005, p. 67). Em 2003, 67,9% das crianças que não freqüentavam a escola eram negras, entre brancos, 32,1%.

Com relação ao acesso a educação, os três níveis do ensino são abordados. Em 2003, 84,8% de brancos em idade escolar para o ensino fundamental estavam matriculados, enquanto que 78,9% dos negros em mesma idade estavam matriculados. Na população com idade entre 15 e 17 anos – ensino médio - , 80% de brancos estavam matriculados , enquanto que 74,9% de negros da mesma faixa etária estavam matriculados. Na população entre 18 e 24 anos – idade que se espera ingresso em universidades - , 11,5 % dos brancos estavam matriculados, enquanto que apenas 2,5% de negros dessa faixa etária estavam na universidade.(RDH, 2005, p. 69)

Levando em consideração as precauções a respeito dos problemas que podem apresentar as categorias da classificação racial brasileira, o recorte racial pode constituir-se em indicador para as desigualdades entre brancos e negros. Levantamentos desse gênero podem fornecer subsídios para formulação de políticas públicas voltadas para uma melhor inserção social da população afro descendente no Brasil, podendo contribuir, inclusive, para uma mudança de mentalidade acerca da população afro descendente.

Recentemente, a publicação Estudos e Pesquisas do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - divulgaram trabalho que teve como objetivo responder as seguintes questões: como se dá o acesso de negros a escolarização? Em que medida as maiores taxas de desemprego de negros se explica por diferenças de escolaridade? Como os rendimentos de negros e não negros são influenciados pelo aumento da escolaridade. (Estudos e pesquisas, 2007, p. 2)

Em todas as regiões foi constatado que a proporção de negros com escolaridade igual ou menor que ensino médio chega ou supera os 50%. Para brancos o índice variou de 20% a 46%. Quando os índices de escolaridade mais elevados são analisados, negros representam entre 30% e 53% e brancos entre 53% e 78%. A diferença entre brancos e negros com ensino superior completo pode chegar a 4% , entre negros e 19% para brancos. (E. P. , 2007, p. 3/4)

O perfil racial do desemprego estabelece que negros podem ter taxas 18% ou 46% maiores que brancos. (E. P., 2007, p. 5) Segundo a pesquisa, o fato de a população negra economicamente ativa ter baixa escolaridade combinado a outros fatores como o preconceito “ tornam o segmento negro desempregado ainda mais fragilizado frente aos não negros, e portanto, menos capaz de superar a desconfortável situação de desemprego.” (E. P. , 2007, p. 9) O estudo fala que mais da metade dos negros com nível máximo de escolaridade equivalente a ensino médio incompleto está desempregada. Isso sugere que o negro é mais vulnerável a entrar precocemente no mercado de trabalho o que prejudica a continuidade na escolarização, sendo que está situação contribui em certa medida para que esteja mais frágil diante da possibilidade de estar desempregado e, por sua vez, prejudique sua re-inserção no mercado de trabalho.

Esses dados vêm avolumando os argumentos do movimento negro e mantém o debate, ainda que a contragosto de muitos setores acadêmicos por conta de toda problemática de sua interpretação aqui expostas ate o momento.

Nesse sentido, como veremos a seguir dois são os desafios que a pesquisas traz em contribuição a interpretação anti racista: o primeiro, um alerta a estruturas rígidas de identidades coletivas, que não têm obtido grandes êxitos de mobilização devido ao que o contexto mundializado as impõem. E de outro lado, que mesmo sendo restrita, essa interpretação anti racista pode ainda ser vista a luz de um processo de aceitação social.

3.2 A RIGIDEZ DA IDENTIDADE NEGRA

Como já foi dito, Santo Amaro não pode ser vista confortavelmente a partir de uma interpretação anti racista, de um lado pela própria caracterização das associações e de outro, pela ausência de um discurso mais aprofundado das lideranças sobre a violência, que flutua em ambigüidade entre negação e afirmação de qualquer estigma que ligue ao status de lugar dos mais violentos em Recife.

Isso talvez tenha sido facilitado pelo próprio processo histórico dos últimos 30 anos, onde as transformações ocorridas nas estruturas ortodoxas de referencia a partir de novos contextos fornecidos pela economia mundializada e as novas formas de comunicação, ajudaram também a garantir o aumento dos perigos e perspectivas políticas para a questão das identidades. Zigmunt Bauman pode ajudar na compreensão das conseqüências da modernidade na questão da identidade. A possibilidade de se vivenciar muitas identidades coletivas na modernidade é algo hoje evidente. A expansão da economia pelo globo e sua contrapartida força de criar formas de acelerar as distâncias sociais fornece o contexto da modernidade líquida que Bauman se refere, onde fica a cargo das “biografias” o controle da construção de identidades coletivas.

Com o mundo em alta velocidade e em constante aceleração, você não pode mais confiar na pretensa utilidade dessas estruturas de referencia com base na sua suposta durabilidade (para não dizer atemporalidade). Na verdade, você não confia nelas nem precisa delas. Essas estruturas não incluem facilmente novos conteúdos (BAUMAN, 2005, p. 33)

Em Santo Amaro, apenas que rígidos contextos de estrutura identitaria, como família, raça, gênero e classe, nação e etc. vão perdendo importância; sendo diluídos e alterados por essa líquida modernidade. Não significa dizer que as identidades inexistem. Elas persistem agora como objetivo a ser buscado por cada um. Percebe-se que a medida que a identidade deixa de ser uma solução pronta e passa a ser um problema, sua busca igualmente aumenta. Para Bauman (2005, p. 34), “nós do mundo líquido moderno, buscamos, construímos e mantemos as referencias comunais de nossas identidades em movimento –

lutando para nos juntarmos a grupos igualmente moveis e velozes”. Assim, o uso das identidades no “estilo antigo”, “rígidas e inegociáveis” parece não funcionar.

De mesmo modo, a globalização significou à perda de interesse do Estado manter “sólida e inabalável” a relação com a nação. A identidade cidadã, enquanto lugar histórico socialmente construído para abrigar amplas identidades coletivas passa hoje por questionamentos talvez porque a exclusão tenha novos contornos com a expansão do capitalismo. Hoje, no âmbito das identidades coletivas, e, a despeito de questões inicialmente levantadas no interior do marxismo da primeira metade do século XX, a reflexão do que seria interpretado como exploração pode estar no que se percebe como extrema exclusão.

Para Bauman, no interior das atuais forças produtivas globalmente estabelecidas e hierarquizadas há uma evidente capacidade de estratificar onde seus dois pólos extremos podem ser visualizados também a partir da reflexão dessa espécie de exclusão identitária a que estão sujeitos aqueles do pólo onde o acesso é precário. Diante do que seja não confortável em termos de estigmas na construção da identidade será descartado.

Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso a escolha da identidade, que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (BAUMAN, 2005, p. 44)

As “subclasses”, a quem atribui o significado de “ausência de identidade, lugar onde ocorre a “abolição” da individualidade, do “rostro”, lugar daqueles afastados dos “espaços sociais” em que as identidades são “buscadas escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas. (Bauman, 2005, p. 46) Por outro lado, os caminhos que o imperialismo moderno tomou deram novos rumos também a produção da exclusão. O espaço ganhou novos sentidos nessa nova exclusão. O abismo entre estes dois pólos pode ser percebido também em como se dá o acesso de cada desses pólos a esse direito a identidade no que tange as representações do espaço.

No que diz respeito a experiência diária compartilhada pela maioria, uma conseqüência particularmente pungente da nova rede global de dependências, combinada ao gradual mas inexorável dismantelamento da rede institucional de segurança que costumava nos proteger das oscilações do mercado e dos caprichos de um destino determinado por ele, é paradoxalmente (embora não surpreendente do ponto de vista psicológico) o aumento do valor do lugar. (BAUMAN, 2003, p.100)

Talvez por isso, tenha sido tão evidente em Santo Amaro que a representação do lugar deve passar pela negação de qualquer sentido que passe por violento. Mais provável não ser possível refletir sobre supostas formas análogas de segregação dos guetos norte americanos no Brasil, pois aqueles que se constitui pela representação de uma área urbana restrita, caracterizada rede de instituições ligadas a “grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes”. (WACQUANT , 2004, p. 155)

Enquanto que, áreas ocupadas por camadas urbanas mais pobres no Brasil seriam mais adequadamente definidas como “bairros de classe trabalhadora com laços bem definidos tanto com a industria como com os bairros afluentes, aos quais fornecem serviço caseiros.” Isso de certa forma sugere a necessidade de admitir a distinção entre pobreza, segregação e aglomeração étnica. (WACQUANT, 2004, 159).

Nem todo lugar “despossuído e dilapidado” vai caracterizar a “cápsula étnica”. Não são “social ou culturalmente” marginalizadas, mas sim estigmatizadas e excluídas de uma sistema de “classe fechado”. E que talvez seja o gueto, melhor compreendido em analogia a campos de refugiados e prisões, pertencendo então a uma instituição maior de “confinamento forçado de grupos despossuídos e desonrados”. (WACQUANT, 2004, p. 162)

Por outro lado, a interpretação anti racista pode ser trazida ao debate, e ainda deve ser²⁹ , como veremos no momento seguinte, a partir de uma leitura que privilegie a reflexão

²⁹ E nesse sentido discordo com a corrente que afirma estar saturada a questão da interpretação anti racista no Brasil. Para maiores detalhes dessa discussão indico contatos com discussões em BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. Rio de Janeiro: Estudos afro asiáticos. Ano 24, nº. 1, 2002, pp. 15/33. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/10/2009 e TELLES, E. As fundações norte americanas e o debate racial no Brasil. Rio de janeiros: estudos afro asiáticos, ano 24, nº 1, 2002, p. 141/165. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/10/2009, onde a questão da importação de conhecimento desse campo mais

de categorias que tratam de sua aceitação no interior do processo de mudança cultural no Brasil.

aprofundada, mas que trouxe poucos reflexos sobre os rumos que pretendia dar a questão.

3.3 ACEITAÇÃO SOCIAL : SILÊNCIO E NEGAÇÃO

O processo de mudança cultural descrito nesse trabalho esteve centrado no que algumas das demandas do movimento negro pressupõem. A descrição desse processo, ou seja, a análise do grau de mudança, podem segundo Murdock (2000), pode ser feita “convenientemente” ao agrupar em ordem termos como inovação, aceitação social, eliminação seletiva e integração.

Das distinções que se pode levantar entre eles, entretanto, se faz necessária lembrar primeiro que, o que autor chama de “comportamento social efetivo” da cultura como um todo. É no comportamento social efetivo que se pode perceber o que está em processo de mudança diante do conjunto maior de valores que orienta a aprendizagem da cultura (MURDOCK, 2000, p. 341)

A partir da leitura de quatro derivações do conceito de inovação, o autor pretende dar conta de como se dão essa etapa do processo de mudança cultural. Então, Variação, invenção, tentativa e empréstimo cultural fornecem a lente através da qual Murdock, (2000, p. 346) percebe a mudança. Inovação, considerada por ele um processo “de formação de um novo hábito”, desenvolvido por um indivíduo, posteriormente aceito e adquirido por outros membros da sociedade. Mas o que pode variar nesse processo? Segundo ele, a variação vai se configurar numa modalidade da inovação, distinguindo-se no fato de que representa uma “ligeira” mudança de comportamento. Com incrementos tênues, com efeitos cumulativos de longos períodos e associado ao que é “socialmente compartilhado”. A invenção, acontece quando há a transferência de um contexto situacional para o outro ou da sua combinação. A terceira forma de inovação deve ser definida como tentativa e que difere dos dois anteriores, pois não acontece por modificação ou por recombinação de hábitos anteriores, ela acontece motivada por ensaio e erro. Para o autor, a mais comum e mais importante das formas de inovação é o empréstimo cultural, pois pode abrigar uma contextualização mais abrangente da mudança, uma vez que tem reflexos em muitos aspectos da vida social: economia, família, religião.

A aceitação social difere da inovação na medida em que a primeira representa a existência de um determinado elemento cultural numa determinada sociedade. A aceitação é a adoção de hábitos por parte de um determinado grupo de indivíduos (2000, p. 350). O termo

“grau de saturação cultural” tem sido aceito pelas ciências humanas para representar as várias etapas da aceitação. Aproxima-se do empréstimo cultural quando estes dois dependem da imitação, cabendo, entretanto aos graus de difusão a ferramenta para diferenciá-los.

A eliminação seletiva encontra forma de mudança cultural na medida em que a cada inovação, a eliminação de determinados elementos façam parte do processo (2000, p. 351). Murdock, vai afirmar ainda que os elementos culturais são eliminados a partir de processos de seleção, onde o elemento de maior aceitação social sobrevive.

O grau de mudança categorizado como integração, diz respeito a hábitos compartilhados por uma cultura que flutuam, num movimento de competição e aceitação, podendo uns aos outros adaptar-se com o tempo. A suposta harmonia desse movimento sequer acontece. Muitas vezes o efeito de vários processos de mudança proporciona uma adaptação as mais variadas condições de existência humana. (2000, p. 353)

Nesse sentido, o movimento negro, enquanto um inovador na forma de interpretar a sociedade brasileira a partir do anti racismo é marcadamente evidenciado pelas tantas “variantes” desse primeiro grau de mudança. Primeiro, pois teve de aceitar as variações que eram impostas por conta da morenidade que dedilhava a nacionalidade brasileira. segundo, pois utilizando-se do artifício criativo para usar essa morenidade como fator de novas tentativas acabou por contribuir para que pensássemos de forma crítica a respeito do chamado multi culturalismo.

No que diz respeito ao segundo grau, pode-se dizer que sua aceitação social, ainda que restrita a um ambiente acadêmico político específico, perpassa, além das formas de quantificar os danos históricos aos afro descendentes, pelo prestígio de seu inovador - movimento negro – a medida que mesmo diante da eliminação seletiva de determinados elementos, não se exclui o direito de contar uma “historia” que seja de um quilombo urbano.

Por fim, a integração da interpretação anti racista aqui, vale ressaltar, representa um equilíbrio não perfeito, onde a sociedade brasileira diante da inovação requer mais do que três décadas passadas para que seja avaliada sua saturação completa. Ou seja, o momento em que, talvez nem tanto pelo que Da Matta (1997, p. 46) chama de “aceitação débil” de uma de como a sociedade brasileira ainda não se viu como um sistema altamente hierarquizado em

negros, índios e brancos ou em elite e “ralé”, essa marcadamente negra e mestiça. (GUIMARAES, 1999, p. 58).

O Brasil não sofre com o racismo. Realmente, não foi o Brasil o berço do nazismo. Também não conheceu o Brasil pós abolição legislação que determinasse explicitamente o “lugar” de negros e brancos como na África do Sul e EUA. Somos um país híbrido, miscigenado. Ademais, não podemos mais falar em racismo, já que raça não existe. Biologicamente não há fundamento científico para a existência de raças humanas.

Entretanto, movimentos sociais negros e estudiosos algumas décadas afirmam que o Brasil não está liberto do espírito racista e que medidas que tentem evitar a discriminação até em suas formas mais sutis são necessárias para reverter tal quadro.

Nesse sentido, a retórica anti racista emerge como posicionamento político ideológico de cientistas e movimentos sociais que tentam assim contribuir para a desconstrução desse quadro desigual. Hoje, a população negra vive ainda a margem do acesso aos bens necessários a manutenção da vida. Além de tentar concretizar o princípio jurídico da igualdade, tentando modificar a estrutura sócio econômica que ainda apresenta o negro em condições inferiores de acesso a saúde, educação e segurança, a ação afirmativa traz embutida o anseio de contribuir para o reconhecimento do pluralismo étnico/racial, transformando o comportamento e a mentalidade coletiva.

E é essa emergência dupla da ação afirmativa que trago a baila para contextualizar a reparação histórica ao indivíduo que se defina ou que se possa definir como membro da população afro descendente. Não basta que a dívida material seja paga, ela deve vir acompanhada da tentativa de mudar a mentalidade do brasileiro em relação ao negro. Mentalidade essa repleta ainda de imagens quase nunca positivas. Mas a tarefa não é fácil.

Essas duas frentes encontram barreiras no que chamo de velhos cenários, que nada mais são que a insistência de um quadro sócio-cultural desfavorável ao pleno desenvolvimento da pessoa de cor no Brasil. Encontram abrigo nas novas discussões trazidas a baila por intelectuais e ativistas de movimentos negros que fazem da vida política a arena de denúncia da reprodução, por parte das elites, de um sistema centenário de existência numa realidade de desigualdade racial.

Nesse sentido, as tentativas do Movimento Negro em manter atualmente a discussão sobre raça, racismo e cultura afro brasileira em ambiente de projeto político, refletem de certa forma a intenção de buscar uma política que, além de apontar para nação multicultural desde sua gênese, reconhece a necessidade de assistência a população de cor, alijadas até então de programas dessa natureza. E é na política que a ação afirmativa tem tentado realizar o multiculturalismo.

A postura desses movimentos sociais e de intelectuais expostas no presente trabalho apontam para a persistência das desigualdades entre negros e brancos. Mais do que isso, alerta para a emergência das ações afirmativas. Não basta mudar o quadro sócio econômico, é preciso mudar a mentalidade da população que segundo alguns autores sequer se reconhece como racista. Tal afirmação pode sugerir que as barreiras sociais impostas ao negro ao longo de cinco séculos vão além das limitações nas formas de inclusão social. Mas, que a mentalidade do brasileiro sequer encontra-se disposta a crer que o país seja palco de um perigoso e contínuo processo de cristalização das distâncias sociais forjadas entre negros e brancos.

Considerações finais

Esse trabalho abordou a interpretação anti racista a partir de alguns de seus pressupostos que dizem respeito às formas de mobilização de pobres urbanos e como estes respondem em termos de discurso sobre o perfil do indivíduo mais frágil diante de homicídios. Em trabalho anterior, quando tratei da classificação e suas funções de dimensionamento dos danos históricos no que diz respeito às atuais desigualdades sócio econômicas, percebi que a fragilidade de pessoas de cor de pele menos branca vinha sendo tratada pelo movimento negro como a mais flagrante forma de representar tais desigualdades.

Por outro lado, a restrita representatividade desse tipo de postura política entre associações voluntárias dos pobres das cidades brasileiras e a complexidade do discurso construído por eles em torno das variantes que determinam os homicídios encaminharam as discussões desse trabalho para o estágio de aceitação social que se encontra essa forma de interpretação.

Nesse sentido, Santo Amaro foi paradigmático, pois mesmo o associativismo estando centrado na luta pela posse da terra, essa resistência não tem base na crença de uma origem étnica comum. E, por outro lado, os moradores do local enfatizam que o conjunto de determinações para que o indivíduo esteja sobre a eminência de ser assassinado passa de forma generalizada pela ausência de um estado social e pela reprodução do estigma de lugar perigoso.

Em minha pesquisa a partir das referências teóricas, pude perceber que aqueles que optaram por diluir o racismo a brasileira ambientem de favelas, o fizeram a partir de uma leitura marxista, onde a questão racial foi tratada como um epifenômeno da questão de classe, onde a democracia racial ganha uma “tonalidade” de ideal a ser conquistado pela luta de classes

A aceleração de um processo democrático libera a voz de amplos setores da sociedade, mas é certo movimento que passa a questionar e afastar da ideologia de uma identidade única e simbolizada no mestiço. O movimento negro já desde a década de 30 questionava os efeitos de uma abolição mal planejada, unifica-se em fins da década de 70, exigindo atenção na desigualdade estruturada em termo de cor. Nesse projeto está embutida uma noção de

ancestralidade que se configurava a partir de critérios físicos e culturais. Para o movimento negro, o ideal do mestiço integrador de uma nacionalidade havia ajudado a apagar as identidades africanas, dificultando as ações mobilizadoras dessas populações. Chama atenção para uma espécie de apartheid, silencioso, mas não menos violento que seu congênere norte americano ou sul africano. Denuncia que negros são mortos, enquanto a figura do mestiço exaltado como símbolo nacional.

O que os últimos trinta anos significou em termos de ganhos para essas frentes? Temos uma Constituição - 1988 – que tornou crime a discriminação racial, mas poucos até hoje poucos são os punidos por esse delito, estando alguns advogados de vitimas desses delitos sendo obrigados a utilizar outros capítulos de lei penais como lembra Guimarães (1999, p.60). A ampliação do Movimento, com a entrada de políticos e intelectuais negros nos debates sobre o racismo no Brasil e a inclusão das ações afirmativas de um lado, mas a manutenção das desigualdades sociais entre negros e brancos, de outro lado. Mas o que parece firme, irreduzível do ponto de vista daquela pauta de negociação é a manutenção do mito da democracia racial, com a ajuda de um aparato ideal que junta a crença na não existência das raças com a negação da experiência do racismo no Brasil; não ser racista consiste uma das características próprias do ideal de um brasileiro. (Guimarães, 1999, p. 64/65) E, sendo assim, como argumentar que o número considerável de negros vitimas de homicídios representa a experiência da segregação espacial nas favelas brasileiras?

Nesse sentido, favelas ocupam ainda hoje o ambiente urbano privilegiado para esse tipo de interpretação. De um lado a sugestão está com relação às formas de desvalorização imobiliária de determinados espaços da cidade em razão de sua vizinhança, de outro um rígido controle sobre a população a partir da intensa vigilância e cercamento.

Como tentei mostrar ao longo do trabalho, há uma série de questões para se pensar quando a discriminação étnico social tem como lente privilegiada a comparação entre o racismo norte americano e o racismo a brasileira. E esses mesmos questionamentos também podem ser levantados quando pensamos no suposto silêncio sobre o fato de serem negros as maiores vitimas de homicídios nesse país. A analogia entre os guetos afro americanos e as favelas brasileiras, embora não frutífera diante da consolidada pujança da chamada identidade nacional, deixa aqui ainda aberta a pergunta: por que no Brasil negros estão mais suscetíveis a homicídios?

ANEXOS

“A guerra dos Bairros”

O exemplo dos moradores de Ouro Preto, em Olinda, que saíram de suas casas para combater o fogo na casa de um vizinho, infelizmente não é uma regra. Em Pernambuco, recordista de homicídios no Brasil, boa parte dos crimes são praticados entre vizinhos. E o que é pior, bairros vizinhos vivem em clima de guerra entre si, aumentando ainda mais o número de assassinatos. O mais recente caso de guerra entre comunidades vizinhas ficou conhecido essa semana, com a revelação da guerra entre UR 5 e UR 6.

É uma briga de gangues e o R. fazia parte da gangue do M. e quem teria matado o R. seria de uma gangue da UR 5. E aí veja como se configura a história. O pessoal da UR 5 teria vindo aqui e teria matado o R. e aí o M. soube e saiu dando tiro para todo lado para que ninguém encostasse no corpo. Aquelas pessoas que você vê ali, agressivas, xingando a gente e ameaçando fazem parte da gangue.

Na divisa entre Olinda e Recife, outra disputa que nada tem a ver com a histórica guerra dos mascates, Peixinhos, em Olinda, e Chão de Estrelas, no Recife, são separadas pelo rio Beberibe e por uma rivalidade mortal.

A comunidade está assustada e tem medo de dar entrevistas. Segundo testemunhas que não querem se identificar, os rapazes foram mortos por um bando de criminosos de Peixinhos que tem rixa com o pessoal de Chão de Estrelas.

Em Olinda, outra morte evidenciou uma nova disputa: Alto da Mina e Bultrins.

A vítima foi um jogador de futebol que foi morto em um bar da Rodovia PE 15. T.O e o amigo C.C.S teriam se desentendido com rapazes que moram na Vila Esperança, nos Bultrins. Na volta para casa eles foram surpreendidos pelos rivais e baleados. A família do estudante preferiu não dar entrevistas por medo de represálias. Já o tiro disparado em T. atingiu o coração. O rapaz, que era jogador de futebol do P., clube do Rio Grande do Norte, morreu no Hospital da Restauração.

A Avenida Norte no Recife também é palco de ações entre comunidades rivais. A polícia investiga se a morte de um pichador foi motivada por essa disputa. O extremo dessa guerra é quando um mesmo bairro passa a ser subdividido em territórios.

*Segundo a policia, J. e os dois adolescentes fazem parte de uma gangue que comanda o trafico de drogas no Campo do Onze em Santo Amaro. Eles são suspeitos de participar do tiroteio que aconteceu ontem no bairro no qual três pessoas foram mortas. Segundo a policia, o motivo das mortes é a briga pelo poder do trafico na área - todas as vitimas moravam na Rua da Bola, endereço da gangue rival. **O comentário é que isso ai é a turma do beco dos casados que ta fazendo isso, rapaz. Quem matou as três pessoas? Foi os caras do beco. Vocês sabem quem foi.***

Em Santo Amaro fala-se em cinco áreas: Campo do Onze, João de Barros, Beco dos Casados, Rua da Bola e Vila de Santo Amaro propriamente dita. O Coque é outro bairro do Recife que foi subdividido pela guerra. O biscateiro W.P.S. , conhecido como B. , de 18 anos, foi morto na rua da Realeza, no Coque. Segundo testemunhas o principal suspeito é um homem identificado como D. Ele seria da Cabo Eutrópio, uma rua de um grupo rival ao pessoal aqui da Realeza. No Coque são seis sub-territórios : Areinha, Vila de Papel, Cabo Eutrópio, Vila Brasil , Rua do Campo e Realeza. Se ate a policia fica perdida no fogo cruzado, imagina o cidadão comum. Ao estado ficam agora duas missões na área de segurança: combater a criminalidade e atuar como força de paz em uma guerra.

TV Tribuna de Recife, 21 de dezembro de 2006

Figura 1.

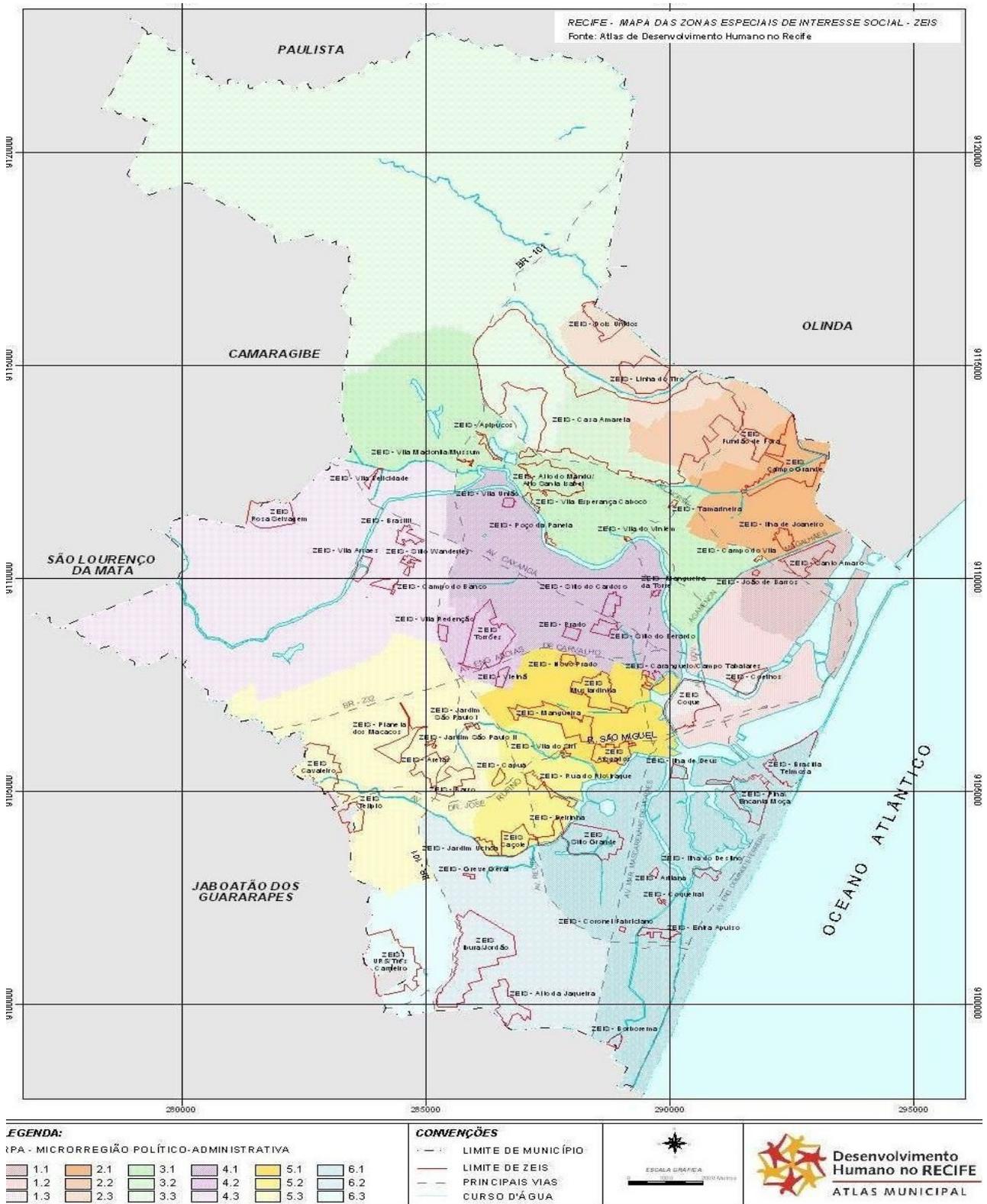


Figura 2.



Vista na década de 40 (figura 1) e vista atual da ZEIS Santo Amaro (figura 2). Fonte: www.memorialdepernambuco.com.br

Mapa 1



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano de Recife/ Recife – Mapas das Zonas Especiais de Interesse Social, 2001

Figura 3



Detalhe recortado da imagem da ZEIS Santo Amaro

REFERENCIA

AZEVEDO, T. de. Democracia racial. Petrópolis: Vozes, 1975

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual . Rio de Janeiro. Zahar, 2003, p. 100/110

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. Rio de Janeiro: Estudos afro asiáticos. Ano 24, nº. 1, 2002, pp. 15/33. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/10/2009.

CANO, Ignácio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime.SUR/ revista internacional de direitos humanos, ano 3, nº. 5, 2006. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 15/10/2009

CARNEIRO, S. Estratégias legais para promover a justiça social. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (Org). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: a longa busca pela cidadania. São Paulo: Annablume, 2006

CRAPANZANO, V. Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais. In MAGGIE, Y.; REZENDE, C. (Org). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

CASTRO, João Paulo Macedo e. Da Favela à comunidade: formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro. Anthropológicas, ano 8, volume 15(2): 171-198, 2004.

CAVALCANTI, C. B. Recife e seus bairros. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

CAVALANTI, M. Do barraco a casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada. Revista brasileira de ciências sociais. volume 24, nº. 69, fevereiro 2009, pp. 69/80. Disponível em www.scielo.br. Acesso 20/09/2009.

COSTA, F. A. P. Arredores do Recife, 2. ed. Autônoma. Apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva. Inclui estudo sobre o bairro da Capunga de Jose Antonio Gonsalves de Mello. Recife: fundação Joaquim Nabuco: ed. Massangana, 2001.

CUNHA, O. M. G. da. Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In MAGGIE, Y.; REZENDE, C. (Org). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

DA MATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? A questão da identidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S (Orgs.) Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre. Artmed, 2007. p. 15/41

Estudos e pesquisas. Escolaridade e trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. Ano 3. nº. 37. São Paulo: DIEESE., novembro 2007.

FREYRE, G. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Afiliada, 1973.

FREYRE, G. Assombrações do Recife velho, Rio de Janeiro: record, 1987.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: vozes, 2008

GIACOMINI, S. M. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. Florianópolis: estudos feministas, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowiskianas. Revista Brasileira de ciências sociais, vol. 17, nº. 48, 2002. Disponível www.scielo.br 11.09.2008

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais revista saúde e sociedade. Vol. 13, nº. 2. pp. 20/31, maio/agosto 2004. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 05/09/2009

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudos dos movimentos sociais na América Latina. Salvador: caderno CRH, v. 21, nº. 54, pp. 439/455, set/ dez 2008. Disponível www.scielo.br. Acesso em 05/09/2009

GOMES, J. B. B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG, 2002

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: autêntica, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti racismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GUIMARAES, A. S. A. Como trabalhar raça em sociologia. São Paulo: Educação e Pesquisa. V. 29, n.º1, 2003. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 07 set 2007.

HASENBALG, C. A. discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. Mapeamentos de ações e discurso de combate as desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: estudos afro asiáticos, ano 23, nº. 2, 2001, pp. 1/43. Disponível em www.scielo.br. Acesso 26/10/2009

KERLINGER, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU, 1980.

MELO FILHO, D. A. Manguê, homens caranguejos em Josué de Castro: significado e ressonâncias. Rio de Janeiro: Historia, ciências, saúde – Manguinhos, vol. 10(2): 505/524, maio/ agosto, 2003. Disponível www.scielo.br. Acesso 10/10/2009

MELO FILHO, Lilian Renata. O centro educativo operário em Recife durante o estado novo (1937/1945): educação e religião no controle dos trabalhadores. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, 2006. 122 folhas.

MOURA, C. Brasil: as raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

MURDOCK, George Peter. Como a cultura se modifica. In SHAPIRO, Harry L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Martins fontes. 2000. p 339/353

OLIVA, A. R. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos. V. 25, n.º 3, 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 11 novembro 2007.

PAIVA FORTE, F. A. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas, Estudos avançados, 21 (61), 2007. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/05/2008.

PINTO, L. A. C. Sociologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

PEDROSA, F. J. A. Aspectos da evolução da linha de costa e da paisagem litorânea do município de Olinda entre 1915 e 2004: evidências do tecnógeno em Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (tese de Doutorado), CTG. Geociências, 2007.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. Brasília: série antropologia, n.º. 130, 1992.

RAMOS, S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do grupo cultural Afro reggae e a experiência do projeto juventude e policia. Rio de Janeiro: ciência saúde coletiva, v. 11, supl. 0, 2006. Disponível www.scielo.br. Acesso em 15/05/2009

Relatório de desenvolvimento humano 2005: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD Brasil, 2005

RIQUE, Célia Dantas Gentile (et al); colaboração NETO, Teixeira Souza (et al). A criminalidade no Recife, GAJOP, Bagaço, 2005

RIQUE, Célia. Catálogo das organizações sociais comunitárias: rede invisível dos protetores dos direitos humanos. Gajop: Recife, Bagaço, 2004.

ROCHA, Simone Maria. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um “nós” entre moradores de favelas. In Comunicação e política. Centro Brasileiro de estudos latino americanos – Vo25, n I, Jan/abr Rio de Janeiro, Cebela, 2007.

SANSONE, L. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. Rio de Janeiro: estudos afro asiáticos, Ano 24, nº. 1, 2002, pp. 5/14 Disponível em www.scielo.br. Acesso : 20/10/2009

SILVA, L. A. M. e LEITE, M. P. Violência, crime e policia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? Brasília: Revista sociedade e estado, v. 22, nº. 3, set/dez 2007. Disponível em www.scielo.br. Acesso 18/05/2009

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea urbana. Brasília: Sociedade e estado, v. 19, nº. 1, jan/jun 2004. Disponível www.scielo.br. Acesso em 18/05/2009

SILVA, M. A. G. Encontros e desencontros de um movimento negro. Brasília: Fundação Palmares, 1994.

SOARES, L. E. A política nacional de segurança publica: histórico, dilemas e perspectivas. Estudos avançados, 21 (61), 2007. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/05/2008.

TELLES, E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

TELLES, E. As fundações norte americanas e o debate racial no Brasil. Rio de Janeiro: estudos afro asiáticos, ano 24, nº 1, 2002, p. 141/165. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/10/2009

TELLES, V. S. e HIRATA, D. V. Cidade e praticas urbanas: nas fronteiras entre o ilegal, o informal e o ilícito, Estudos avançados, 21 (61), 2007. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/05/2008.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo: cortez, 1988

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 178/182 – 201/204

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista brasileira de ciências sociais. volume 15, nº. 44, outubro 2000, pp. 5/34. Disponível em www.scielo.br. Acesso 15/09/2009

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. Revista de Antropologia, São Paulo USP 2005, v. 48, nº1. Disponível em www.scielo.br. Acesso 28/10/08

WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. Curitiba. Revista de Sociologia política, nº. 23, nov. 2004. Disponível em www.scielo.br. Acesso 03/09/2009.

WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. São Paulo: Novos estudos, nº. 80, março 2008. Disponível www.scielo.br. Acesso 05/09/2009

ZALUAR, A. A maquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: brasiliense, 2000.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública, Estudos avançados, 21 (61), 2007. Disponível www.scielo.br. Acesso 20/05/2008.

ZAVERUCHA, J. , ROSARIO, M. e BARROS, N. (Org.) Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: ed. Massangana, 2002.

Guerra dos Bairros, TV Tribuna de Recife, “Ronda Geral” , 21 de dezembro de 2006. Disponível em www.youtube.com/watch?v=D2HVyAju594. Acesso 20/03/2008

Rixa entre gangues faz mais uma vítima Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 07/09/2006

Menor flagrado com revólver e maconha Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 08/09/2006

Tiroteios matam três em Santo Amaro: briga entre gangues também deixou duas pessoas feridas no local Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 08/09/2006

Folha contabiliza 34 mortes na RM Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 11/09/2006

Vítima de tiroteio morre no HR Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 16/09/2006

Disputa pelo tráfico faz mais uma vítima: deficiente físico foi assassinado enquanto dormia, em Santo Amaro. Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 18/09/2006

Dois baleados na Ilha de Joaneiro: apesar de acontecerem em horários próximos, polícia descarta relação entre eles Folha de Pernambuco, Polícia: Recife, 08/04/2009

Presidiário é achado morto: rapaz estava foragido desde dezembro do ano passado Folha de Pernambuco, Polícia: Recife 14/04/2009

Casal pego com pedras de crack Folha de Pernambuco, Polícia: Recife 16/09/2009

Duas mulheres presas por tráfico Folha de Pernambuco, Polícia: Recife 20/04/2009

Jovem é morto após sair de festa Folha de Pernambuco, Policia: Recife 21/04/2009

Policia apresenta lideres de gangue: suspeitos vinham liderando o trafico de entorpecentes no bairro de Santo Amaro Folha de Pernambuco, Policia: Recife 09/05/2009

Apreendidos às margens da Agamenom Magalhães. Folha de Pernambuco, Policia: Recife 16/05/2009

Casal assassinado na saída de clube: outras duas pessoas que também estavam próximas a casa show saíram feridas Folha de Pernambuco, Policia: Recife 19/05/2009

Preso ao levar rifle em colchão : suspeito estava com arma dentro de um táxi que foi abordado pela policia Folha de Pernambuco, Policia: Recife 27/05/2009

Dois detidos por trafico de drogas 29/05/2009

Flagrados com arsenal poderoso Folha de Pernambuco, Policia: Recife, 29/05/2009

Quatro flagrados com maconha: entre os presos estão duas mulheres e um adolescente Folha de Pernambuco, Policia: Recife 30/05/2009